

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CAROLINE BORGES MENDES

***TRISTE, LOUCA E MÁ:***  
A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENTRE A EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO

Goiânia  
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio do Repositório Institucional (RI/UFG), regulamentado pela Resolução CEPEC no 1240/2014, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei no 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos de Graduação disponibilizado no RI/UFG é de responsabilidade exclusiva dos autores. Ao encaminhar(em) o produto final, o(s) autor(a)(es)(as) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

### 1. Identificação do Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCCG)

Nome(s) completo(s) do(a)(s) autor(a)(es)(as): Caroline Borges Mendes

Título do trabalho: *Triste, louca e má*: a representação das mulheres entre a exploração e dominação

### 2. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador) Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante: a) consulta ao(à)(s) autor(a)(es)(as) e ao(à) orientador(a); b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo do TCCG. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

#### Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro.

**Obs.: Este termo deve ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Maria Jorge Viana, Professora do Magistério Superior**, em 13/06/2021, às 21:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE BORGES MENDES, Discente**, em 14/06/2021, às 12:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539](#),

Processo:

23070.027441/2021-63

Documento:

2129169



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2129169** e o código CRC **19BF5175**.

---

CAROLINE BORGES MENDES

***TRISTE, LOUCA E MÁ:***  
A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES ENTRE A EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Área de concentração:** Psicologia da Educação

**Orientadora:** Profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana

Goiânia  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Mendes, Caroline Borges

*Triste, louca e má* [manuscrito] : a representação das mulheres entre a exploração e dominação / Caroline Borges Mendes. - 2021. LXX, 70 f.

Orientador: Prof. Dr. Cynthia Maria Jorge Viana.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Pedagogia, Cidade de Goiás, 2021.

Bibliografia.

1. Patriarcado. 2. Divisão sexual do trabalho. 3. Trabalho reprodutivo e trabalho doméstico. 4. Naturalização da opressão. 5. Figura da mulher. I. Viana, Cynthia Maria Jorge, orient. II. Título.

CDU 37:159.9



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um iniciou-se a sessão pública de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “*Triste, louca e má: a representação das mulheres entre a exploração e dominação*”, de autoria de Caroline Borges Mendes, do curso de Graduação em Pedagogia, da Faculdade de Educação da UFG. Os trabalhos foram instalados pela profa. Dra. Cynthia Maria Jorge Viana (orientadora - FE/UFG) com a participação da professora membro da Banca Examinadora: Maria Izabel Machado (FE/UFG). Após a apresentação, a banca examinadora realizou a arguição da estudante. Posteriormente, de forma reservada, a Banca Examinadora atribuiu a nota final de 9,5 (nove e meio), tendo sido o TCC considerado aprovado.

Proclamados os resultados, os trabalhos foram encerrados e, para constar, lavrou-se a presente ata que segue assinada pelos Membros da Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cynthia Maria Jorge Viana, Professora do Magistério Superior**, em 07/06/2021, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Izabel Machado, Professora do Magistério Superior**, em 07/06/2021, às 18:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CAROLINE BORGES MENDES, Discente**, em 11/06/2021, às 11:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2114666** e o código CRC **2FC549AA**.

Para meus pais, Lúcia e Wendell.

Para minhas tias, Cícera e Cíntia.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à orientadora Cynthia Maria Jorge Viana, pela paciência, disponibilidade, atenção e afeto, que senti transbordar durante suas aulas e orientações. Escutar críticas e sugestões, com sua condução, foi simplesmente acolhedor e enriquecedor.

À profa. Maria Izabel Machado, por aceitar ler e contribuir com o trabalho e, por conseguinte, com minha formação.

À minha mãe, que me educou, criou, acolheu e incentivou com toda afetividade, problemas e adversidades que como mulher precisou defrontar.

Aos colegas que compartilharam, por meio da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, suas angústias e processos de altos e baixos, em que pude me identificar e me sentir incentivada a continuar.

Por fim, agradeço, sobretudo, as mulheres, que nunca deixaram de lutar e me inspiram nessa caminhada de conquistas e reivindicações.

*Triste, louca ou má  
Será qualificada  
Ela quem recusar  
Seguir receita tal*

*A receita cultural  
Do marido, da família  
Cuida, cuida da rotina*

*Só mesmo, rejeita  
Bem conhecida receita  
Quem não sem dores  
Aceita que tudo deve mudar*

*Que um homem não te define  
Sua casa não te define  
Sua carne não te define  
Você é seu próprio lar*

*Um homem não te define  
Sua casa não te define  
Sua carne não te define (você é seu próprio lar)*

*Ela desatinou, desatou nós  
Vai viver só  
Ela desatinou, desatou nós  
Vai viver só*

*Eu não me vejo na palavra  
Fêmea, alvo de caça  
Conformada vítima*

*Prefiro queimar o mapa  
Traçar de novo a estrada  
Ver cores nas cinzas  
E a vida reinventar*

*E um homem não me define  
Minha casa não me define  
Minha carne não me define  
Eu sou meu próprio lar*

**Juliana Strassacapa - Triste, louca ou má**

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a figura da mulher e o papel social atribuído a ela na sociedade capitalista e patriarcal. O trabalho tem o intuito de refletir sobre a questão da violência, da exploração e da dominação sobre a mulher, acometida por uma lógica machista que sustenta uma estrutura social beneficiando e mantendo homens brancos no poder. Parte de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, que se fundamenta em estudos que problematizam a naturalização da subjugação da mulher a partir do controle de seu corpo e de seu potencial reprodutivo. Em um primeiro momento, expõe-se esta naturalização a partir da sociedade patriarcal e do modo de produção capitalista, contemplando o papel social desempenhado pela mulher na esfera do trabalho. Em um segundo momento, reflete-se sobre o controle do corpo da mulher e sua subordinação à esfera doméstica e à maternidade, analisando como o campo da sexualidade e da moralidade se manifesta no papel social atribuído a ela. Em um terceiro momento, discute-se como o fenômeno da caça às bruxas se manifestou como uma maneira de controlar e destruir o poder social conquistado por elas, contribuindo para o desenvolvimento capitalista. Além disso, nessa etapa é discutida a violência acometida historicamente às mulheres, intensificada no atual contexto pandêmico. Para tal ponderação, foram estudadas obras de autoras como Saffioti (1985, 2001, 2011), Federici (2017, 2019) e Nunes (2000). Além disso, também foram expostos alguns dados que auxiliam na composição dos argumentos.

Palavras-chave: Patriarcado. Divisão sexual do trabalho. Trabalho reprodutivo e trabalho doméstico. Naturalização da opressão. Figura da mulher.

## ABSTRACT

The present paper aims to reflect on the figure of women and the social role attributed to them in a capitalist and patriarchal society. The paper aims to reflect on the issue of violence, exploitation, and domination over women, affected by a male chauvinist logic that sustains a social structure benefiting and maintaining white men in power. This is a qualitative bibliographical research based on studies that problematize the naturalization of the subjugation of women through the control of their bodies and their reproductive potential. In a first moment, this naturalization is exposed from the patriarchal society and the capitalist production mode, contemplating the social role played by women in the labor sphere. In a second moment, it reflects on the control of women's bodies and their subordination to the domestic sphere and motherhood, analyzing how the field of sexuality and morality manifests itself in the social role attributed to her. In a third step, it is discussed how the phenomenon of witch-hunting manifested itself as a way to control and destroy the social power conquered by women, contributing to capitalist development. In addition, this stage discusses the violence historically committed against women, intensified in the current pandemic context. For such consideration, works by authors such as Saffioti (1985, 2001, 2011), Federici (2017, 2019), and Nunes (2000) were studied. In addition, some data that assists in the composition of the arguments were also exposed.

Keywords: Patriarchy. Sexual division of labor. Reproductive work and domestic work. Naturalization of oppression. Woman's figure.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO DAS MULHERES: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NA ESFERA PÚBLICA E PRIVADA</b> .....	<b>15</b>
1.1 SOCIEDADE PATRIARCAL E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A NATURALIZAÇÃO DA SUBJUGAÇÃO DAS MULHERES .....	15
1.2 A MULHER NA ESFERA DO TRABALHO: A SUBALTERNAÇÃO FEMININA ENTRE LUTAS E CONQUISTAS .....	26
<b>CAPÍTULO 2 - DE EVA À MARIA: A SEXUALIDADE E A MORALIDADE COMO CAMPOS DE SUBJUGAÇÃO DA MULHER</b> .....	<b>34</b>
<b>CAPÍTULO 3 ATUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA DO CONTROLE E DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES</b> .....	<b>48</b>
3.1 <i>CAÇA ÀS BRUXAS</i> E PODER: A DISCIPLINARIZAÇÃO DO CORPO E DO CARÁTER REPRODUTIVO COMO CONTENÇÃO DE REVOLTAS E PRODUÇÃO DE TRABALHADORES .....	48
3.2 VIOLÊNCIA E PANDEMIA: NOVAS ROUPAGENS QUE ILUSTRAM A VELHA DOMINAÇÃO E OPRESSÃO CONTRA MULHERES .....	57
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

Considerando que somos sujeitos históricos e sociais, que modificam e são modificados pela sociedade e pelo meio em que vive, entende-se que estudar e analisar as relações que se estabelecem na contemporaneidade, requer também traçar uma linha histórica, a fim de que se torne possível a compreensão dos seres humanos enquanto seres culturais, políticos e sociais e, assim, possibilitar a transformação da realidade. No presente caso, indaga-se sobre o porquê à mulher foram atribuídas e oportunizadas tão poucas possibilidades de identidades, nos colocando assim em uma posição de subjugação. De Eva, louca, má, perigosa, bruxa à Maria, santa, recatada, bela e do lar: historicamente a figura da mulher foi posta à serviço do controle e da dominação de uma lógica patriarcal que violenta e subjuga a mulher. Partindo, então, dessa perspectiva, apesar do patriarcado também afetar homens, a presente pesquisa visa refletir sobre a figura da mulher e o papel social atribuído a ela na sociedade capitalista e patriarcal.

Este trabalho é norteado com base em uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica. Em conformidade com Maria Cecília Souza Minayo (2002), a pesquisa qualitativa visa responder questões que não podem ser quantificadas e que estão no campo de fenômenos e processos mais profundos que dizem respeito às estruturas, instituições, ações e relações humanas como “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (p. 22). De acordo com Telma Cristiane Sasso de Lima e Regina Célia Tamasso Miotto (2007), a pesquisa bibliográfica consiste em um aglomerado de procedimentos que visam responder e solucionar questões relacionadas ao objeto de estudo. Segundo Antônio Carlos Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é feita a partir de conteúdos já produzidos que estão presentes em livros e artigos científicos. Posto isto, as fontes para a construção dessa pesquisa se fundamentam em alguns autores, tais como, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti que discute sobre a relação entre capitalismo e patriarcado, gênero e a naturalização de papéis socialmente construídos; Silvia Federici, que traz como a opressão, o controle do corpo e do potencial reprodutivo da mulher se deu no período da caça às bruxas, sendo essenciais para a consolidação do capitalismo; e, Silvia Alexim Nunes, que discorre sobre como historicamente os discursos de filósofos, médicos e pensadores foram se engendrando em teorias que tratavam a mulher como um ser inferior, incompleto, mau, perigoso, frágil, passivo e obediente. Além disso, o trabalho também é composto por artigos e dados que auxiliam na construção de alguns argumentos.

Partindo, então, da problematização a respeito da figura da mulher e do papel social atribuído a ela na sociedade capitalista e patriarcal, buscou-se entender de que forma o papel ligado à maternidade e à esfera doméstica foi socialmente construído e naturalizado, apontando-nos que esse ideal foi alcançado por meio de um controle do corpo da mulher e de seu potencial reprodutivo, estando intrinsecamente relacionado à consolidação e manutenção do sistema capitalista, inclusive para obtenção de lucro por meio do trabalho invisibilizado da mulher na esfera doméstica e para preparação da mão de obra trabalhadora. Assim sendo, o trabalho pretende trazer reflexões sobre a questão da violência, da exploração e da dominação sobre a mulher, acometida por uma lógica machista que sustenta uma estrutura social beneficiando e mantendo homens brancos no poder.

Assim, dado o atual contexto permeado por altas taxas de feminicídio, de estupros, diferenças salariais, de padrões de beleza impostos, da objetificação de seus corpos, da dupla jornada de trabalho, da profissão docente, principalmente na educação básica, ser composta majoritariamente por mulheres, considerou-se pertinente entender como a opressão naturalizada que a mulher sofre está relacionada a uma lógica econômica que controla e domina seu corpo visando manter uma lógica de dominação-exploração em que homens se mantêm no poder enquanto decidem os rumos da sociedade, trazendo implicações para as diversas áreas da vida da mulher.

Com base nas questões aqui colocadas, o debate acerca desse tema dentro da Universidade se faz relevante, inclusive, para se pensar na importância de mulheres ocuparem espaços como pesquisadoras e produtoras de conhecimento, participando da vida social, política, intelectual e do mercado de trabalho, contribuindo também para a constituição da mulher enquanto ser ativo e participativo na construção da história e da sociedade. Dessa forma, tendo a professora e o professor o papel de mediar o conhecimento, ela e ele podem tanto reproduzir estereótipos de gênero propagando e contribuindo para a manutenção dessa lógica patriarcal, quanto proporcionar oportunidades para que as pessoas pensem criticamente sobre essa lógica, sobre a violência, o racismo e os papéis sociais de gênero atribuídos a homens e mulheres.

Deste modo, no que concerne ao objetivo geral, buscou-se, como mencionado anteriormente, refletir sobre a figura da mulher e o papel social atribuído a ela na sociedade capitalista e patriarcal. Assim, a partir das problematizações e indagações iniciais, este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, discutiu-se sobre a

naturalização da subjugação da mulher a partir da sociedade patriarcal e do modo de produção capitalista, contemplando o papel social desempenhado pela mulher na esfera do trabalho. No segundo capítulo, realizou-se uma contextualização histórica a respeito do controle do corpo da mulher e de sua subordinação à esfera doméstica e à maternidade, analisando como o campo da sexualidade e da moralidade se manifesta no papel social atribuído a ela. Por fim, no terceiro e último capítulo, analisou-se como o fenômeno da caça às bruxas se manifestou como uma maneira de controlar e destruir o poder social conquistado por mulheres, elaborando uma nova imagem social delas, barrando possíveis revoltas sociais e colocando-as a serviço da criação e produção de mão de obra trabalhadora, contribuindo assim, para o desenvolvimento capitalista. Além disso, nesse capítulo, também se discute sobre a violência e a exploração acometida historicamente por mulheres e intensificada no contexto pandêmico causado pelo Coronavírus. Não obstante, são mulheres como Marielle Franco, estereotipadas, definidas e marcadas por sua própria carne, tristes, loucas e más, que se recusaram a seguir uma receita e se tornaram e são símbolos da resistência e da confirmação de que tudo deve mudar.

## **CAPÍTULO 1 - EXPLORAÇÃO E DOMINAÇÃO DAS MULHERES: ANÁLISES E REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DAS MULHERES NA ESFERA PÚBLICA E PRIVADA**

### **1.1 SOCIEDADE PATRIARCAL E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: A NATURALIZAÇÃO DA SUBJUGAÇÃO DAS MULHERES**

De acordo com Mirela Marin Morgante e Maria Beatriz Nader (2014), o termo patriarcalismo foi utilizado de maneira regular para abarcar, nomear e explicar a condição e a dominação de mulheres na sociedade. As autoras abordaram o fato deste termo ser debatido e problematizado entre diferentes abordagens e intelectuais. Inclusive, algumas até optam pela não utilização deste termo. Consoante Morgante e Nader (2014), as autoras que não veem necessidade do uso do termo patriarcalismo justificam, com predominância, que esse termo tem sido utilizado em sua forma adjetiva, ao invés de sua forma subjetiva que o caracteriza como um sistema. A forma adjetiva faz referência, segundo esse lócus de autoras, ao conceito weberiano de patriarcalismo, sendo, portanto, demarcado a um período anterior ao advento do Estado, considerado por elas inapropriado e ineficaz para o estudo das relações de gênero no que se refere a sociedade capitalista. Segundo Morgante e Nader (2014), muitas autoras utilizam e atribuem diferentes significados a essa discussão, por exemplo:

Para as feministas socialistas a opressão das mulheres se deve, em última instância, ao capitalismo, e seus beneficiários são os capitalistas, enquanto para as feministas radicais a opressão feminina deve-se a um sistema diferente e original – o sistema patriarcal – e seus beneficiários são os homens como uma categoria social (DELPHY, 1981). Para Heleieth Saffioti há ainda uma clivagem no interior do feminismo marxista, entre aqueles que acreditam ser o patriarcado uma ‘[...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais’ (SAFFIOTI, 1992: 194) – exatamente como as feministas socialistas apontadas por Delphy – e os que consideram o patriarcado somente uma ideologia, de forma adjetivada. Mas a desconformidade na maneira como se faz referência ao conceito nos estudos feministas não é um problema para o uso do termo, desde que ele seja devidamente precisado. (MORGANTE; NADER, 2014, p. 2).

Todavia, Morgante e Nader (2014), fundamentadas por Castro e Lavinias, trazem que o termo patriarcado é interessante na medida em que possibilita abranger e analisar, no sentido substantivo do termo, diferentes manifestações e situações de exploração e dominação vividas por mulheres. De acordo com as autoras, o uso do termo patriarcado enquanto sistema de dominação de mulheres por homens, possibilita um entendimento dessa dinâmica de forma mais ampla, não se restringindo a apenas um campo, como da família, da mídia, do trabalho ou da política.

Para outras autoras estudiosas da área, como trazido por Morgante e Nader (2014), o conceito de patriarcado, é utilizado como um fenômeno determinante e de caráter imutável, que não leva em consideração questões históricas e culturais da divisão sexual do trabalho, constituídas em sociedades específicas e de caráter mutável. “É exatamente essa visão de *patriarcado*, enquanto uma estrutura definitiva, imutável, a-histórica, universal e com conotações biológicas, que Elisabeth Lobo critica nos estudos sobre a divisão sexual do trabalho” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 5, grifo da autora). Consoante Morgante e Nader (2014), o conceito utilizado dessa maneira está em sua forma adjetiva e, portanto, se manifesta como algo determinante de todas as sociedades e natural.

Segundo as autoras, o conceito deve ser utilizado em sua forma substantiva, “[...] como um sistema de dominação e exploração das mulheres, muito bem situado historicamente e geograficamente” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 5). Morgante e Nader (2014) citam Lia Zanotta Machado, que faz uma crítica em relação ao uso do patriarcado caso usado em um sentido universal, não sendo totalmente contra seu uso. Ainda para Machado é possível utilizar o termo patriarcado contemporâneo, considerando as mudanças e transformações sociais ao longo da história, não se atendo a uma perspectiva essencialista. Para essa autora, a sociedade contemporânea possui diferenças relevantes, sendo as relações de gênero ainda mais complexas, comparada às comunidades familiares weberianas. Dessa forma, ela não considera tão adequado utilizar esse conceito no século XXI. Fundamentada por Saffioti, Morgante e Nader (2014) trazem que “[...] o patriarcado enquanto um tipo-ideal weberiano não pode ser utilizado para fazer um exame totalizante das relações de gênero contemporâneas” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 7).

Já foi apontada acima a impossibilidade do uso do patriarcado de Weber para analisar a situação das mulheres na modernidade. Tanto é assim que a segunda onda do movimento feminista fez referência ao termo sem nenhuma conotação weberiana, o que evidencia que ele pode ser utilizado sem necessariamente referir-se ao tipo-ideal de Weber. Como salienta Heleieth Saffioti, ‘a teoria weberiana é constituída por conceitos genéticos fechados, que não admitem nem multivocidade, nem matizes. O termo patriarcado, contudo, não constitui propriedade da teoria weberiana ou de filiação weberiana’ (SAFFIOTI, 1992: 194). A autora esclarece que o patriarcado pode ser concebido como um esquema de dominação e exploração das mulheres, o que, por si só, significa um total distanciamento em relação ao tipo-ideal weberiano (SAFFIOTI, 1992: 194). Ou seja, o conceito pode sim ser utilizado na contemporaneidade, desde que ele seja redefinido e bem precisado (MORGANTE; NADER, 2014, p. 7).

Segundo Morgante e Nader (2014), Lia Zanotta Machado propõe o uso do termo dominação masculina ao invés de patriarcado, para assim, analisar as relações de gênero presentes e constituídas na sociedade contemporânea. Porém, como traz Morgante e Nader

(2014), “[...] abordar somente a dominação, sem colocar em relevo a exploração sofrida e vivenciada pelas mulheres, é subsumir uma dimensão significativa da organização social de gênero da contemporaneidade. O conceito patriarcado permite visualizar estes dois âmbitos, a dominação e a exploração das mulheres, que estão estreitamente interligados” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 8). A alternativa de Machado, para seu uso, é o de patriarcado contemporâneo para se fazer referência a atual sociedade moderna abarcando as complexidades e transformações historicamente desenvolvidas e manifestadas nela.

Contudo, apesar dessas problematizações expostas até aqui, como trazem as autoras, o uso do termo patriarcado ainda pode contribuir para os estudos de gênero na sociedade moderna, se contextualizado e não utilizado em seu sentido literal, adjetivo e weberiano. Assim sendo, “[...] não há nenhum bom motivo para se abandonar os termos patriarcado, patriarcal e patriarcalismo. Grande parte da confusão surge porque ‘patriarcado’ ainda está por ser desvencilhado das interpretações patriarcais de seu significado” (PATEMAN, 1993, p.39 apud MORGANTE; NADER, 2014, p. 8). Inclusive, segundo essa autora “[...] é urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada” (PATEMAN, 1993, p. 40 apud MORGANTE; NADER, 2014, p. 8).

Posto isso, apropria-se do termo patriarcado<sup>1</sup>, como um sistema que subjuga mulheres enquanto coloca homens em uma posição hierarquicamente superior, tendo como objetivo manter a dominação da mulher pelo homem inclusive no bojo dos interesses econômicos<sup>2</sup>. Esse sistema traz consequências para diversos aspectos da vida da mulher, tanto no que diz respeito à esfera privada, quanto no que diz respeito à esfera pública. Em uma sociedade patriarcal, a forma como alguém será socializado dependerá de seu sexo biológico: caso nasça homem, sua vida será marcada por privilégios; caso mulher, será marcada por opressões.

---

<sup>1</sup> “O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-domação masculina. Neste sentido, [...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito” (SAFFIOTI, 2011, p. 136).

<sup>2</sup> “Quando se passou a criar animais para corte ou tração, sua reprodução mostrou-se de grande valor econômico. Foi fácil, então, perceber que, quanto mais filhos um homem tivesse, maior seria o número de braços para cultivar áreas mais extensas de terra, o que permitia maior acumulação. Passam, então, os seres humanos, a se distanciar da natureza e a vê-la simplesmente como algo a ser controlado e dominado. Isto tudo foi crucial para estabelecer entre os homens e as mulheres relações de dominação-exploração” (SAFFIOTI, 2011, p. 120-121).

Essas questões são intensificadas em um modelo econômico capitalista, historicamente racista e culturalmente violento (SAFFIOTI, 2001, 2011).

Nessa perspectiva, o patriarcado legitima e naturaliza práticas que oprimem, subjagam, mutilam, violentam e matam mulheres. Os estereótipos – ou seja, uma forma de padronizar e enquadrar pessoas em maneiras específicas de ser e agir, construída historicamente em determinados contextos, que deixam de lado as especificidades, particularidades e diversidades de cada indivíduo que compõe uma sociedade – de gênero<sup>3</sup> se baseiam nos papéis sociais, históricos e culturais que foram sendo atribuídos a cada um de forma hierárquica de acordo com o sexo. Essa definição de papéis sociais foi fundamental para o surgimento e a manutenção do sistema capitalista. Esse sistema lucra com a exploração do trabalho não remunerado e invisível produzido pelas mulheres e com o controle de seus corpos, de seu potencial reprodutivo e de sua maneira de ser e agir (SAFFIOTI, 2001).

[...] a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e político-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-las a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, o controle está sempre em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar estes projetos. (SAFFIOTI, 2011, p. 106).

Saffioti (2001) faz uma contextualização trazendo os principais pontos a respeito das características do sistema capitalista e da relação de dominação-exploração presente nessa lógica. Assim, com o estabelecimento da propriedade privada dos meios de produção, uma minoria passou a viver do trabalho de uma maioria, sendo o capitalismo um sistema que tem como principal característica explorar a mão de obra do trabalhador obtendo lucro e investindo na produção com o objetivo de adquirir mais lucro e acúmulo de capital. Importante destacar, como traz a autora, que a existência da miséria se constitui como fundamental para esse processo. Considerando que o sistema capitalista funciona por meio da exploração da classe trabalhadora por uma pequena parte proprietária dos meios de produção, a grande

---

<sup>3</sup> “Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também relações homem-homem e relações mulher-mulher (SAFFIOTI, 1992, 1997b; SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2011, p. 44-45, grifo do autor).

porcentagem de riqueza, geradas pelo trabalho daqueles que só possuem sua força de trabalho para vender, é concentrada nas mãos dessa pequena parcela da população. A força de trabalho, seguindo a lógica capitalista, se transforma em mercadoria que é comprada e paga pelo patrão por meio de um salário.

O início do capitalismo pode ser datado do século XVI, quando a concentração das riquezas em poucas mãos permitiu a esta minoria pagar salários para que os pobres produzissem quantidades cada vez maiores de mercadorias. Mercadorias são bens e serviços que se vendem no mercado. Com o regime de salariato, a própria força de trabalho (energias físicas e mentais utilizadas na atividade trabalho) passou a ser uma mercadoria. Os não-proprietários dos meios de produção vendem sua força de trabalho. Isto é, o patrão tem direito de usar a força de trabalho do empregado por um determinado espaço de tempo, pagando-lhe o salário combinado. Assim, o que o trabalhador vende não é trabalho, mas sua capacidade de trabalhar, que é usada pelo patrão durante o tempo legalmente determinado. (SAFFIOTI, 2001, p. 41).

A acumulação de riquezas, característica fundamental do sistema capitalista, ocorre, principalmente, por meio de um excedente econômico produzido pelo trabalhador assalariado, excedente que passa a pertencer aos proprietários dos meios de produção. Grande parte desse excedente é destinado a novos investimentos com o intuito de gerar mais riqueza e mais acúmulo de capital. Com relação a esse processo e a condição da mulher, Saffioti (2001) indica que as famílias chefiadas por mulheres estão entre as mais pobres, sendo a mulher negra duplamente discriminada, tanto por ser mulher quanto por ser negra.

A autora discute a questão de a dominação do homem sobre a mulher ocorrer há cerca de 6 milênios, com o patriarcado se caracterizando não apenas como um sistema de dominação, mas também de exploração. Em vista disso, Saffioti (2001) considera que a dominação se manifesta e está relacionada ao campo político e ideológico, enquanto a exploração está relacionada ao campo econômico. Dessa forma, percebe-se que as mulheres são excluídas das decisões que dizem respeito ao direcionamento da sociedade, além de terem seu trabalho explorado fornecendo mais lucro para capitalistas e empresários. Em relação ao mercado de trabalho, há uma predominância de mulheres no mercado informal<sup>4</sup> ficando dessa forma fora dos direitos trabalhistas. Importante destacar que o trabalho doméstico é formado

---

<sup>4</sup> De acordo com a Organização Internacional do trabalho (2018), “Enquanto nos países emergentes a participação das mulheres entre trabalhadores familiares não remunerados diminuiu na última década, nos países em desenvolvimento ela continua alta, representando 42% do emprego feminino em 2018, em comparação com 20% do emprego masculino, e sem sinais de melhoria até 2021. Como resultado, as mulheres ainda estão sobre representadas no emprego informal nos países em desenvolvimento. Estes resultados confirmam pesquisas anteriores da OIT que alertaram sobre desigualdades significativas de gênero em relação a salários e proteção social. Analisando as mulheres que administram empresas, o estudo observa que, no mundo todo, quatro vezes mais homens estão trabalhando como empregadores do que mulheres em 2018. Essas desigualdades de gênero também se refletem em cargos de gestão, onde as mulheres continuam a enfrentar barreiras do mercado de trabalho para acessar estes postos”. Informações extraídas do site [https://www.ilo.org/brasilianoticias/WCMS\\_619819/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilianoticias/WCMS_619819/lang--pt/index.htm).

em grande parte por mulheres e que esse trabalho é desvalorizado pela sociedade e pelas instituições políticas, como será desenvolvido mais adiante.

Posto isto, de acordo com Saffioti (2001), o patriarcado não é apenas um sistema de dominação em que homens se apropriam de mulheres como se fossem sua propriedade, é também um sistema de exploração, abrangendo, portanto, os campos: ideológico, político e econômico. A lógica machista explora a mulher ao responsabilizá-la pelo trabalho doméstico e pelo cuidado com os filhos e, também, explora a mulher ao sobrecarregá-la com dupla jornada de trabalho pagando salários menores pelos mesmos serviços que são prestados pelos homens no mercado de trabalho. Esse trabalho invisível, não remunerado ou mal remunerado, também beneficia o sistema capitalista.

Tanto a dona-de-casa, que deve trazer a residência segundo o gosto do marido, quanto a trabalhadora assalariada, que acumula duas jornadas de trabalho, são objeto da exploração do homem, no plano da família. Na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menores salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração. (SAFFIOTI, 2001, p. 51).

As desigualdades sociais vigentes na sociedade cumprem um papel de manter hierarquias, classes sociais e justificar o abuso de poder, garantindo privilégios a uma pequena parcela da população sustentada pela exploração de outras pessoas. Dessa forma, as representações sociais que perpassam as etapas da infância, adolescência, fase adulta e velhice da mulher são carregadas de estereótipos de gênero que a colocam em um lugar de controle e submissão em relação ao homem e aos interesses da sociedade.

Nessa direção, no que se refere à submissão da mulher, desde tenra idade mulheres são hipersexualizadas, objetificadas, coisificadas e levadas a acreditar que seu valor só será alcançado por meio da conquista de um padrão de beleza culturalmente desenvolvido e imposto para atender aos interesses masculinos (WOLF, 2018). A mídia cumpre um papel importante e privilegiado nesse processo. Por meio de filmes, músicas, revistas, programas de televisão, propagandas, pornografia, livros e jornais é possível reforçar, propagar e naturalizar os estereótipos de gênero e lucrar com essa lógica. Esses veículos de informação procuram culpabilizar a própria mulher pela violência que ela sofre, romantizar a maternidade, retratá-la como tendo uma personalidade vulnerável e superficial e exhibir o seu corpo como um objeto a ser consumido pela lógica machista. A mulher deve seguir um ideal de beleza pautado pela juventude, pelo cabelo liso, pela cor de pele branca, sem marcas, sem rugas, sem estrias, pela

magreza, por corpos sem pelos e sensuais. Isso tudo leva, inclusive, a aceitação e naturalização do adultério por parte dos homens, da violência e do assassinato das mulheres.

A sociedade não apenas aceita o adultério masculino como também encontra sempre uma maneira de justificá-lo por meio de condutas da esposa. A mulher acaba, quase sempre, sendo culpabilizada pelo seu próprio sofrimento. Se apanhou do marido, se foi por ele assassinada, é porque assim o mereceu. A polícia, a justiça, enfim, a sociedade transforma a vítima em ré, até depois de sua morte. (SAFFIOTI, 2001, p. 36).

A violência sexual é naturalizada de tal maneira que a mulher muitas vezes não consegue identificar que está sofrendo violência. A sociedade também expressa um ideal de mulher que é reprimida sexualmente, que deve servir ao prazer do homem, não devendo ela ser dona do próprio desejo. A mídia inclusive “adultiza” e sexualiza corpos de meninas, infantiliza corpos de mulheres adultas e estigmatiza, despreza e trata como negativo as características que fazem alusão ao envelhecimento da mulher, gerando assim uma fixação e uma compulsão pela beleza e pela maternidade ocasionando uma violência física e psicológica (WOLF, 2018).

O mito da beleza repercutiu com mais violência e intensidade após a industrialização, com o objetivo de barrar a conquista de poder e autonomia que as mulheres estavam alcançando, visando manter o sistema patriarcal e a dominação masculina (WOLF, 2018). A tentativa de se enquadrar nesse padrão de beleza leva muitas mulheres a desenvolverem transtornos alimentares, como anorexia, bulimia, transtorno de imagem, depressão e baixa autoestima. Essa busca por se encaixar nesse padrão também inclui muitos gastos e preocupações em fazer cirurgias plásticas, mutilações e dietas inadequadas. Esse contexto é a base que movimenta o sistema capitalista e lucrativo das indústrias<sup>5</sup>, como a de cosméticos, de dietas e de cirurgias plásticas estéticas (WOLF, 2018).

Segundo uma pesquisa feita em 2017 pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS), o Brasil ficou posicionado como o segundo país que mais fez procedimentos estéticos neste mesmo ano. As estatísticas em relação aos procedimentos estéticos feitos mundialmente relatam que as mulheres são responsáveis por 86,4% ou 20.207.190 dos procedimentos, sendo os mais populares “[...] o implante de mamas (prótese de silicone), lipoaspiração, blefaroplastia, abdominoplastia e mastopexia” (ISAPS, 2018, p.

---

<sup>5</sup> “[...] indústrias poderosas — a das dietas, que gera 33 bilhões de dólares por ano, a dos cosméticos, 20 bilhões de dólares, a da cirurgia plástica estética, 300 milhões de dólares e a da pornografia com seus 7 bilhões de dólares — surgiram a partir do capital gerado por ansiedades inconscientes e conseguem por sua vez, através da sua influência sobre a cultura de massa, usar, estimular e reforçar a alucinação numa espiral econômica ascendente” (WOLF, 2018, p. 35).

3). De acordo com a ISAPS, “[...] o rejuvenescimento vaginal (incluindo a labioplastia) demonstrou o maior crescimento no número de procedimentos em relação a 2016, com um aumento de 23%, seguido por abdominoplastia, com 22%, gluteoplastia, que cresceu 17%, e rinoplastia, que subiu 11%” (ISAPS, 2018, p. 2). Esses dados revelam uma sociedade na qual a mulher é levada a tentar atender um ideal inalcançável.

Outra indústria que lucra fortemente é a pornográfica, que contribui de forma significativa para a banalização da violência sexual sofrida por mulheres. Com o advento da internet, a pornografia se tornou um veículo de fácil acesso. A pornografia naturaliza tanto a sexualização de mulheres mais novas, quanto o sexo violento e a subjugação da mulher voltada para o prazer do homem (WOLF, 2018). Segundo dados do IPEA de 2018, em relação a faixa etária das vítimas de estupro, 50,9% são crianças de até 13 anos, 17% tem idade entre 14 e 17 anos e 32,1% são maiores de 18 anos. A cultura do estupro, da pedofilia, do assédio e do feminicídio estão vinculadas, sustentadas e justificadas pela cultura pornográfica. O ato sexual está muito ligado ao poder, nesse caso, ao poder que o homem exerce sobre a mulher, sendo o estupro um crime e uma forma de dominação.

Dessa forma, segundo Saffioti (2001), o sistema capitalista e patriarcal pode também ser responsabilizado pela subjugação da mulher pelo homem. É por conta desse sistema que os homens se sentem no direito de dominar, adquirir, matar e estuprar mulheres, enquanto elas se sentem culpadas pela própria violência que sofrem e são coagidas a aceitar o lugar que lhes é imposto. A naturalização dessa opressão resulta no controle sobre como elas devem ser, agir, vestir, falar e trabalhar. O medo, a constante preocupação com sua aparência e ter que se dedicar a vida domiciliar, a desumanização da mulher que se torna mãe, a prostituição, a pornografia, a pedofilia, a maternidade compulsória e a cultura do estupro são reflexos do sistema patriarcal que se sustenta por meio de diferentes instituições sociais (WOLF, 2018).

Apesar das lutas e da resistência para se libertarem, essa opressão se intensifica e se modifica a cada conquista das mulheres. Segundo Saffioti (2001), a identidade social da mulher e do homem foram construídas historicamente e naturalizadas de forma a legitimar a “superioridade do homem”. Para ela,

É de extrema importância compreender como a *naturalização* dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar a ‘superioridade’ dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos. (p. 11, grifo do autor).

Dessa forma, Saffioti (2001) trabalha com a ideia de que a inferioridade feminina é de caráter totalmente social e desmistifica, por exemplo, o argumento utilizado de que a força física e a inteligência são elementos que justificam a inferiorização das mulheres. Ela conclui que, além de biologicamente a força de um homem e de uma mulher variar, podendo também a mulher ser mais forte fisicamente que o homem, em sociedades de tecnologia avançada, o uso da força deixa de ser um pré-requisito essencial. Outro contraponto em relação a força física é o de que durante os períodos de guerra, a mulher ocupava o lugar dos homens e assumia seus trabalhos, porém quando os homens regressavam, as mulheres voltavam para o trabalho doméstico. Em relação à questão da inteligência, cientificamente há pesquisas que constataam que a inteligência pode ser muito ou pouco estimulada, trazendo implicações para seu desenvolvimento. E nessa sociedade, os homens são mais estimulados principalmente por estarem em diferentes ambientes, e as mulheres geralmente não.

Saffioti (2001) também esclarece e desmistifica alguns pontos utilizados recorrentemente para justificar essa relação de dominação-exploração que se encontra entre homens e mulheres. Um dos fatores contra-argumentados pela autora está relacionado a justificativa de que o subdesenvolvimento econômico no Brasil é um dos motivos da posição subalterna da mulher. Nessa perspectiva, a igualdade entre o homem e a mulher viria automaticamente com o desenvolvimento econômico. Porém, de acordo com a autora, além dos países capitalistas se beneficiarem com a posição subalterna da mulher, as mudanças sociais não aconteceriam de forma espontânea, mas sim por meio de lutas. Como exemplo, ela utiliza os Estados Unidos, considerado um dos países mais desenvolvidos do mundo e que, apesar disso, apresenta consideráveis desigualdades entre homens e mulheres.

A autora também explana sobre como os preconceitos, que são transmitidos tanto pela educação informal quanto formal, beneficiam homens brancos e contribuem para que as próprias pessoas que sofrem essas discriminações acreditem que são inferiores. Ainda sobre atitudes discriminatórias, Saffioti (2001) traz:

Em primeiro lugar, elas são úteis porque impedem, ou pelo menos dificultam, a entrada de negros e mulheres em certos mercados e ambientes, que os *machos brancos* desejam conservar como espaços de sua propriedade, uma vez que foram por eles culturalmente apropriados. Em segundo lugar, estes *pré-conceitos* são úteis porque acabam atuando como '*profecia auto-realizadora*'. Ou seja, negros e mulheres, assim como todas as categorias sociais discriminadas, de tanto ouvirem que são inferiores aos brancos e aos homens, passam a acreditar em sua própria '*inferioridade*'. (p. 29, grifo do autor).

Dessa forma, a autora enfatiza que há uma construção social da inferioridade e uma construção social da superioridade em que, por exemplo, faz com que a mulher seja considerada emotiva, frágil, dócil e inferior, e o homem seja considerado racional, forte e superior. A busca por manter esses preconceitos, sendo também disseminados pela grande mídia, visa beneficiar aqueles que utilizam disso para pagar salários mais baixos às minorias e oferecer condições de trabalho indignas, mantendo uma estrutura social em que o homem branco se encontre na posição de dominante. De acordo com a autora, pode-se sintetizar a imagem da mulher na mídia em dois arquétipos, em que ela é representada ou como dona de casa ou como objeto sexual, nos dois casos a mulher está retratando os padrões da sociedade brasileira. Ainda segundo Saffioti (2001), a ciência também nutre esses preconceitos, um exemplo disso é o fato de as ciências sociais ignorarem a ação feminina de fazer história, e considerarem basicamente o que os homens trazem.

Posto isso, de acordo com o artigo de Mylena Guedes, publicado no site da CNN<sup>6</sup> em março de 2021, levando em consideração os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) publicados no mesmo ano, em 2019 as mulheres receberam 77,7% do valor do salário pago aos homens. Em relação aos cargos hierarquicamente superiores como de diretores ou gerentes, as mulheres ganharam 61,9% do valor do salário pago aos homens. Esses dados revelam que as mulheres continuam tendo seus trabalhos desvalorizados mesmo quando prestam os mesmos serviços, podendo demonstrar também que mulheres são mais exploradas fornecendo um excedente de lucro bem maior para os empresários e classes dominantes.

Outro fator interessante a ser destacado é que, na região Sudeste, em que se apresentam os dados de maior discrepância em relação a essa diferença salarial, tinham os cargos de gerência ocupados apenas por 34,7% mulheres. Apesar desses dados, 25,1% das mulheres entre 25 e 34 anos concluíram o ensino superior, enquanto apenas 18,3% dos homens haviam concluído. Isso pode demonstrar uma maior qualificação das mulheres para os cargos, o que torna essa diferença salarial e de ocupação de cargos ainda mais injustificável. Além disso, em instituições de graduação, mesmo as mulheres apresentando uma maior porcentagem de diplomas de conclusão de curso superior, ocuparam menos da metade da banca de professores, formando um total de 46,8%. Tendo isso em vista, a autora afirma que,

---

6

<https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/04/mulheres-ganham-77-7-dos-salarios-dos-homens-no-brasil-diz-ibge>

Na graduação, elas são minoria nos cursos de ciências exatas e produção. No curso de engenharia, por exemplo, correspondem a menos de um quarto (21,6%) dos alunos. Já nas áreas relacionadas ao cuidado e bem-estar, como serviço social, a participação feminina é muito maior, de quase 90%. (GUEDES, 2021, p. 01).

Esses dados concordam com o que foi exposto até aqui sobre a responsabilização da mulher em relação à esfera do cuidado que foi lhe sendo atribuído e naturalizado historicamente. Essa função delegada à mulher reverbera no fato dela ser minoria na esfera pública e no mercado de trabalho, o que pode colocá-la em uma posição de vulnerabilidade. Posto isso, em 2019, mulheres entre 25 e 49 anos, com filhos de 3 anos, compunham apenas 54,6% das que estavam empregadas, enquanto 89,2% dos homens em situação semelhante estavam empregados. Em casas sem crianças, mulheres ocupavam 67,2%, enquanto homens 83,4%. Em relação às mulheres negras os dados são ainda mais preocupantes, pois estas ocupavam 49,7%, quando possuem crianças de 3 anos. A respeito da dupla jornada de trabalho,

Semanalmente, são 21,4 horas gastas por mulheres, enquanto os homens dedicam apenas 11 horas do tempo para tarefas de casa. O Sudeste lidera o tempo gasto com esses afazeres, são 17,3 horas semanais na região, sendo 22,1 horas gastas por mulheres e 11,3 horas gastas por homens. Os dados mostram, portanto, que a inserção feminina no mercado é dificultada também pela necessidade de conciliação da dupla jornada. (GUEDES, 2021, p. 01).

Além da dupla jornada de trabalho e da mulher se ocupar majoritariamente do serviço doméstico, outro fator mais oculto do trabalho invisível delegado a ela pode ser evidenciado. Fundamentada pela perspectiva de Saffioti (2001), de que o labor pleiteado pela reprodução, englobando a criação e a educação dos filhos, também é trabalho e contribui para a formação e continuidade da sociedade, pode-se pensar em atividades específicas que confirmam o trazido pela autora. Posto isso, pode-se levar em consideração não apenas o tempo dedicado aos trabalhos que serão expostos a seguir, mas o esforço mental e de substituição de outros afazeres para que eles possam ser cumpridos. A amamentação, por exemplo, precisa de tempo e disponibilidade para ser feita e é constantemente cobrado das mulheres que a desempenhem. A alimentação da criança continua sendo um fator, pois até certa idade ela depende exclusivamente de um adulto para preparar seu alimento e ajudar na ingestão destes. O tempo gasto no transporte para levar as crianças em creches ou em médicos, além do período exigido para a consulta. Disponibilidade para manter a criança limpa, dando a atenção que ela necessita, entre outros afazeres. Todos esses trabalhos exigem que a mulher delegue seu tempo a eles em detrimento de outras esferas de sua vida e contribuam para a formação de sujeitos que vão servir de mão de obra trabalhadora.

De acordo com Saffioti (2001), a família, principalmente aqueles que desempenham a figura de mãe ou pai, contribuem para a reprodução de alguns estereótipos do significado de ser homem ou mulher na nossa sociedade. Posto isto, tanto os traços de competitividade e agressividade que se espera do homem, quanto os traços de passividade e docilidade que se espera da mulher, por exemplo, são naturalizados e impostos como uma tendência natural. Para a autora, a identidade social de homens e mulheres é formada e atribuída socialmente com objetivos específicos para atender aos interesses da classe dominante. Essa construção social se dá de forma naturalizada com a intenção de parecerem características intrínsecas do que é considerado ser homem e ser mulher. Essa naturalização visa manter e reproduzir estereótipos para que cada pessoa cumpra e desempenhe a função que lhe foi atribuída. Por conseguinte, a partir do momento em que a mulher nasce, ela passa a ter uma educação pautada na feminilidade e voltada para a obediência, para a passividade, para a sensibilidade, para se interessarem demasiadamente pela aparência e pelos trabalhos domésticos, como cozinhar e limpar, e reprodutivos, como cuidar de filhos e, também, do marido. Já a educação do homem é traçada com base na masculinidade, direcionada por um viés agressivo, violento, orientado para comandar, para dominar, para ser forte e viril. Além disso, os papéis sociais designados a pessoas do sexo masculino, estão vinculados a atividades da vida pública, de provedor do lar e de chefia.

Por fim, esses fenômenos expostos até o momento denunciam uma sociedade capitalista e patriarcal, caracterizada pela exploração e dominação sobre a mulher, por meio de uma divisão sexual do trabalho e de uma lógica machista que a oprime, em diferentes esferas de sua vida, tanto no que diz respeito à vida privada, quanto referente a vida pública, que se articulam e se afetam mutuamente, contribuindo para a manutenção de um sistema que lucra e se sustenta por meio da apropriação do trabalho e do potencial reprodutivo da mulher.

## **1.2 A MULHER NA ESFERA DO TRABALHO: A SUBALTERNAÇÃO FEMININA ENTRE LUTAS E CONQUISTAS**

No artigo “Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: reflexões sobre a evolução feminina no Brasil”, Elaine Borges Tardin, Murilo Tebaldi Barbosa e Polliana da Costa Leal (2015) analisam a conquista do espaço público feminino no âmbito do trabalho, trazendo a submissão da mulher ao sexo masculino como foco ao perpassar os séculos XVIII

e XX, fazendo uma reflexão sobre a condição e a posição de desigualdade em que a mulher tem se constituído. De acordo com os autores, durante esses séculos se construiu e naturalizou a ideia de que a mulher deveria se ater ao espaço privado e estar à mercê da autoridade masculina. Para eles, o conceito de gênero foi elaborado na década de 1970 pelo movimento feminista norte-americano e “Tal conceito rejeita o determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter social” (TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 119). Dessa forma, considera-se que as relações entre os sexos são construídas histórica e socialmente. Em diferentes momentos históricos foram atribuídos papéis sociais para o homem e para a mulher que eram excludentes e que manifestavam uma divisão sexual do trabalho e, também, uma divisão social.

Levando em consideração a submissão da mulher, o século XVIII foi marcado por uma série de debates que foram mais bem desenvolvidos no século XIX, sendo também um período em que se afirmava com mais convicção o poder masculino sobre o feminino. Em vista disso, os autores dão destaque a obra “Emílio ou Da Educação”<sup>7</sup>, do filósofo Jean-Jacques Rousseau. O último capítulo deste livro retrata a educação de Sofia, que seria considerada a mulher ideal, a futura esposa de Emílio.

O livro V, que trata da companheira ideal de Emílio, inicia-se com uma visão clássica da religião judaico-cristã: a de que a mulher é uma auxiliadora do homem, que não deve ficar só. É interessante que, enquanto Emílio (representando os homens) é a representação do individualismo romântico e da liberdade em sociedade, a mulher é retratada como uma criatura dependente, pois depende de sua família, seu marido e da sociedade, que a todo momento a julga por sua aparência e ações. (TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 121).

De acordo com a visão de Rousseau, a mulher era biologicamente inferior e, além disso, deveria obedecer ao homem. Os autores trazem uma tabela referente às diferenças mencionadas por Rousseau a respeito das posições morais entre os homens e as mulheres, em que coloca, por exemplo, homens como ativos e fortes e mulheres como passivas e fracas. Pode-se notar que os atributos relacionados à mulher não é o que se valoriza no âmbito público. Nesse sentido, “[...] a mulher era condenada ao lar e aos deveres domésticos por uma suposta natureza que a havia determinado daquela forma” (TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 122). Citando Rosseau, eles continuam: “[...] o domínio das mulheres não lhes cabe

---

<sup>7</sup> “A obra de Rousseau ‘Emílio, ou Da Educação’, publicada em 1762, aborda temas políticos e filosóficos referentes à relação do indivíduo com a sociedade, explicando como o indivíduo pode conservar sua bondade natural e viver virtuosamente a realidade social. É um dos livros mais citados ao se refletir sobre a educação, pois rompe com a pedagogia da essência e defende a pedagogia da existência, ou seja, está preocupada com o homem real, não imagético. O livro é composto em cinco ‘livros’: os três primeiros são dedicados à infância de Emílio, o quarto à sua adolescência, e por fim, o quinto refere-se à educação de Sofia – a ‘mulher ideal’ e futura esposa de Emílio” (TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 121, grifo do autor).

porque os homens o quiseram, mas porque assim o quer a natureza” (ROUSSEAU, 2004, p. 428 *apud* TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 122).

Em relação a concepção de educação trazida por Rousseau, os autores constataram que os meninos eram respeitados em suas vontades particulares, enquanto as meninas eram ensinadas a obedecer, cabendo a mulher aprender apenas o que lhe convergia saber, já que para ele a função da mulher era gerar filhos saudáveis de forma a agradar o marido, devendo toda sua educação estar pautada a servir o homem.

Da boa constituição das mães depende inicialmente a dos filhos; do seio das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os costumes destes, suas paixões, seus gostos, seus prazeres, e até sua felicidade. [...] Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que devemos lhes ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 2004, p. 433 *apud* TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 123).

Mesmo sendo uma perspectiva que atravessou séculos, ao longo da história, muitas mulheres reivindicaram e lutaram por direitos equivalentes aos dos homens. Apesar das várias tentativas, elas foram respondidas com ataques e reafirmações de que deveriam se ater as virtudes de seu sexo, não procurando ocupar as mesmas posições que os homens ocupavam<sup>8</sup>. Apesar disso, no século XIX, marcado pelo apogeu do capitalismo, as lutas femininas que pleiteavam a ocupação de mulheres no mercado de trabalho e na esfera pública, foram ganhando força. Ainda sobre esse fato, os autores partem das contribuições de Hobsbawm e afirmam que:

[...] foi a partir da Revolução Industrial, com a ausência de homens nas fábricas e a necessidade crescente de mão de obra, que as indústrias acabam inserindo as mulheres em atividades, antes feitas apenas pelo sexo oposto, quebrando, mesmo que involuntariamente, uma barreira rumo ao reconhecimento feminino, sendo então percebida. Iniciou-se assim a mudança do padrão da sociedade, dando a mulher um papel a mais em suas funções, pois ela deixa de ser apenas filha, esposa e mãe, e passa a ser trabalhadora. Foi neste momento que de fato ocorreu uma mudança cultural na sociedade ocidental, dando um passo importante para a posterior emancipação da mulher. (TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 124-125).

Levando em consideração esse momento de lutas operárias, outro fator determinante a respeito da qualificação profissional de mulheres, que atribuíam a elas serviços subalternos,

<sup>8</sup> “Segundo Alves e Pitanguy (1985), foram várias as manifestações de luta por igualdade da mulher para com o homem ao longo da história. As autoras destacam o caso das norte-americanas Ann Hutchinson e Abigail Adams que, no decorrer do processo de independência dos Estados Unidos da América buscavam, tanto na religião quanto pela lei, respectivamente, respaldo para a introdução da mulher equiparando-se ao homem, no sentido em que direitos e liberdade de expressão são iguais a ambos. Entretanto, tais manifestações não tiveram êxito algum, sob acusação de inferioridade ‘natural’ da qual as mulheres possuem, sendo sujeitas a diversas punições, como o banimento do meio religioso calvinista a qual pertenciam” (TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 124, grifo do autor).

foi o levantamento de questionamentos e reivindicações sobre o direito a uma educação de qualidade. Além das lutas a respeito da esfera do trabalho, no século XIX, outras mudanças começaram a se manifestar.

Destacam-se entre essas mudanças o surgimento de novos tipos de família, a ruptura dos padrões familiares patriarcais, as novas formas de produção no mundo do trabalho com impacto sobre as relações sociais, as conquistas das mulheres ao longo do século XX e o amadurecimento de uma consciência feminista, mudanças estas que acabaram por solapar estruturas seculares sobre as quais se assentava a dominação masculina em todas as esferas da vida pública e privada. (AVELAR, 2001, p. 11 *apud* TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 125).

Nessa perspectiva, Tardin, Barbosa e Leal (2015)<sup>9</sup>, a partir das contribuições de Stuart Mill, afirmam que este autor no século XIX trouxe questionamentos que colocaram em voga a divisão sexual do trabalho. Para Mill, segundo os autores, com o avanço da modernidade a justificativa da lei do mais forte não se aplicaria para alegar a inferiorização da mulher, além dela e do homem possuírem os mesmos atributos intelectuais. Inclusive, ele considerava que o avanço da sociedade poderia ser prejudicado ao colocar a mulher em uma posição inferior. Apesar disso, até o início do século XX, ainda se tinha dificuldade em visualizar a mulher em outros espaços fora do trabalho realizado no lar. No Brasil, predominava-se a família patriarcal, em que o homem, o pai, desempenhava a figura de autoridade, sendo os demais submissos a ele. Apesar disso, pode-se perceber mudanças significativas da condição da mulher em relação à conquista do espaço público, nessa sociedade, a partir desse século.

De certo, vários foram os fatores histórico-sociais para se entender o motivo dessas vastas lutas em prol da mulher: guerras mundiais (1914-1919) – (1939-1945), que promoveram, em curto prazo, a introdução das mulheres no meio fabril, enquanto homens iam para frente de batalha nas trincheiras. Na verdade, durante as duas guerras mundiais a mulher havia saído de seu espaço privado para nutrir a máquina de guerra dos Estados Unidos e em diversos países. [...] Os homens, maridos e pais de família se tornavam agora soldados combatentes nas trincheiras europeias, deixando seus afazeres para o combate. Esta, então, foi uma oportunidade necessária para as mulheres saírem de seu ambiente tido como ‘natural’ (o lar, a família) para as fábricas, de modo que a produção não parasse. Neste momento, não era uma questão de vontade, mas sim necessidade em um âmbito geral. Embora o Brasil não participasse ativamente na guerra, as mulheres já ocupavam os postos de trabalho em meios fabris, graças ao processo de industrialização que ocorria no país, precisamente no início do século XX. Todavia, a mesma situação do cenário mundial acontecia no país: as mulheres perdiam seus postos de trabalho nas fábricas e voltavam a ser primordiais no lar, com o advento do fim da Segunda Guerra, no qual os homens retornavam para seu ‘lugar de direito’: o mundo do trabalho. (TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 129-130).

---

<sup>9</sup> Saffioti (2001), como foi exposto anteriormente, também traz esses dois argumentos, de que tanto o uso da força para desempenhar determinados papéis em uma sociedade com a tecnologia avançada quanto a questão intelectual, eram facilmente refutados ao serem utilizados como justificativa para a atribuição de inferioridade à mulher.

Porém, no que se refere ao trabalho feminino no período durante as Guerras, na realidade, o que se percebe é como a mulher é controlada e manipulada para atender aos interesses da lógica machista, pois assim que se tornou economicamente viável que elas fossem trabalhar na esfera pública, foi aceito e até mesmo incentivado por meio da mídia que elas assim o fizessem. Contudo, a partir do momento em que isso não era mais viável aos interesses dessa lógica, solicitaram que elas retornassem aos trabalhos domésticos com a prerrogativa de que esse espaço voltaria a ser ocupado por aqueles que o tinham como direito, ou seja, os homens<sup>10</sup>. De acordo com Tardin, Barbosa, Leal (2015), a mulher passa a não ter espaço de trabalho no meio fabril, conseguindo se encontrar nos centros comerciais, considerado mais adequado às mulheres.

Costumava-se de ver nas décadas de 1930 em diante, mulheres comerciantes que vendiam seus produtos agrícolas. No comércio de rua, entre os vários tipos de ambulantes, muitas mulheres comercializavam verduras, legumes, frutas, flores, ovos, batatas, cebolas, aves, carnes, peixes, leite, pão, entre outros produtos. (...) Também havia as leiteiras, que cotidianamente percorriam um roteiro determinado, visando a freguesia com seus animais (vacas e cabras), oferecendo leite tirado na hora. (MATOS; BORELLI, 2012, p. 129 *apud* TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 131).

Outras profissões ligadas aos afazeres domésticos eram desempenhadas também pelas mulheres, como de “[...] cozinheiras, faxineiras, costureiras e babás [...]” (p. 131). Percebe-se então um redirecionamento até na esfera pública, dos trabalhos que as mulheres deveriam desempenhar, naturalizando ainda mais as aptidões para o cuidado e as atividades do lar. A atribuição da responsabilidade de educar e cuidar dos filhos, assim como das atividades domésticas como cozinhar, limpar e organizar uma casa, como sendo da mulher, também dificulta a construção e o desenvolvimento de uma carreira acadêmica e profissional, do mesmo modo que sua entrada no mercado de trabalho ou, por outro lado, esse trabalho revela-se como sobrecarga de trabalho. Segundo o IPEA,

As mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. Em 2015, a jornada total média das mulheres era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas. Em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas – proporção que se manteve quase inalterada ao longo de 20 anos, assim como a dos homens (em torno de 50%). (IPEA, 2017, p. 1).

---

<sup>10</sup> “Vale ressaltar que o período pós-Segunda Guerra foi marcada por campanhas governamentais realizadas para que as mulheres voltassem para seu ‘lugar natural’: o lar. Justificavam que seria uma injustiça privar a mulher de seu trabalho doméstico uma vez que já não havia a necessidade dos tempos de guerra. Muitas mulheres retornaram para seus lares, mas a semente da independência financeira havia sido plantada, e colheria seus frutos, de forma mais evidente, a partir da segunda metade do século XX, com ênfase nas décadas de 1960 e 1970, de relevantes transformações para as mulheres” (TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015, p. 132, grifo do autor).

Com relação às mulheres negras, os dados se agravam:

Apesar de, proporcionalmente, o rendimento das mulheres negras terem sido o que mais se valorizou entre 1995 e 2015 (80%), e o dos homens brancos ter sido o que menos cresceu (11%), a escala de remuneração manteve-se inalterada em toda a série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A diferença da taxa de desocupação entre sexos também merece registro: em 2015, a feminina era de 11,6%, enquanto a dos homens atingiu 7,8%. No caso das mulheres negras, ela chegou a 13,3% (e 8,5% para homens negros). (IPEA, 2017, p. 1).

Saffioti (2001) destaca o fato de a mulher negra ser duplamente discriminada, enquanto mulher e enquanto negra. Dessa forma, é possível perceber que ela se encontra majoritariamente nas classes mais baixas. A autora explicita que embora esteja na lei que todos são iguais, o contexto histórico, as classes sociais e as oportunidades que circundam um sujeito influenciam na forma que ele vai atuar e ser visto na sociedade. A autora discorre sobre o Brasil ser conhecido por um local que não cumpre suas leis, estando esse fato relacionado com a manutenção de benefícios da classe dominante. Embora haja leis que proíbam a discriminação de raça e sexo, é possível notar que negros e mulheres não ocupam os mesmos espaços profissionais que homens brancos.

Há um esforço em afastar a mulher da vida social e política, limitando-a à esfera doméstica. Dessa forma, dificultam sua entrada no mercado de trabalho formal, para que ela realize um outro trabalho, físico e mental, não remunerado e invisibilizado. Seguindo essa lógica, desconsidera-se a atividade de cuidado e educação dos filhos, assim como o trabalho de limpeza e manutenção de uma casa, realizado, quase exclusivamente, por mulheres. Muitas mulheres, principalmente mães, precisam abdicar de seus trabalhos remunerados, de sua carreira profissional e acadêmica por se tornar inviável combiná-las com as responsabilidades familiares remetidas a elas. Sendo assim, torna-se recorrente a necessidade de mulheres serem auxiliadas financeiramente por terceiros para que consigam se manter, reforçando a característica de dependência atribuída a elas.

A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar à luz. (SAFFIOTI, 2001, p. 9, grifo do autor).

A maternidade na sociedade capitalista é acompanhada tanto da ideia de que o desejo materno é algo inato quanto de coerção e cobrança para que a mulher se case e engravide, sendo ela desde pequena ensinada e estimulada a cuidar e a querer ter um filho, enquanto se retira essa cobrança e responsabilidade do homem. Além das dificuldades que as mulheres

defrontam para conseguir adentrar e se manter no mercado de trabalho, quando conseguem, é comum que elas sejam alvo de assédios, de abusos físicos e psicológicos, piadas machistas, medo de perder o trabalho pela sua capacidade reprodutiva e de ter um salário inferior ao do homem mesmo cumprindo as mesmas funções que ele.

Primeiro, os patrões pagam menos às empregadas mulheres, mesmo quando elas desempenham as mesmas tarefas que os homens. Segundo, com frequência, as mulheres são submetidas a testes vexatórios, visando a controlar sua vida reprodutiva. Quando o teste revela gravidez, a mulher é sumariamente despedida do emprego. [...] Terceiro, as trabalhadoras são, muitas vezes, obrigadas a prestar serviços de caráter sexual ao patrão, a fim de preservar seu emprego (SAFFIOTI, 2001, p. 17).

Saffioti (2001) argumenta que a supremacia masculina beneficia aqueles que possuem o poder político e econômico, pois quanto mais as mulheres são discriminadas mais elas precisam aceitar condições precárias de trabalho e baixos salários, recaindo ao trabalhador desvantagens pelos seguintes fatores: renda familiar total mais baixa do que poderia ser, caso mulheres recebessem os mesmos salários que os homens para serviços equivalentes; movimentos trabalhistas com menos força, por excluir mulheres da esfera política e de lutas para garantir direitos nesse campo.

Segundo Saffioti (1985), “[...] a divisão sexual do trabalho está na base da subordinação da mulher ao homem, relação de dominação esta que coloca o fenômeno da reprodução como subordinado da produção” (p. 98). De acordo com a autora, as relações sociais de produção, que possuem caráter público, interferem nas relações sociais de reprodução, que dizem respeito ao âmbito privado. O Estado favorece e legitima o poder conferido às classes dominantes, atuando por meio de políticas públicas e medidas para a manutenção daqueles que estão no poder, procedendo imparcialmente a favor dos interesses e objetivos econômicos dessa classe. Dessa forma, o Estado intervém na tentativa de disciplinar a força de trabalho e de regular o processo de reprodução humana. Tendo como base as análises a respeito do caráter político presente nas relações sociais, Saffioti (1985) elucida que:

O patriarcado, enquanto sistema sociopolítico, interfere quer na produção material, quer na produção de seres humanos. O capitalismo, assim penetrado pelo sistema sociopolítico da supremacia masculina, ao invés de produzir para satisfazer às necessidades humanas, submetendo, desta sorte, a produção à reprodução, opera exatamente em sentido oposto, subjugando a reprodução à produção. (p. 103).

A autora explana que a reprodução subordinada à produção está sustentada pela submissão da mulher ao homem. Dessa maneira, as mulheres seriam responsáveis pela

reprodução enquanto os homens pela produção, reforçando a divisão sexual do trabalho. Levando isso em consideração, de acordo com Saffioti (1985), o trabalho doméstico além de não ser remunerado não é considerado trabalho por estar no campo da reprodução e não da produção. Assim, ainda segundo essa autora, o corpo da mulher foi sendo conduzido a atuar como um instrumento de reprodução do trabalho e da mão de obra trabalhadora.

Em relação à reprodução humana, Saffioti (2001) expõe ser ela fundamental para a sobrevivência da sociedade e, portanto, responsabilidade de todos no que tange aos seus custos de reprodução biológica e social. As leis atribuídas à proteção da maternidade são dirigidas, sobretudo, à responsabilização da mulher no que corresponde à guarda e à socialização dos filhos, além das leis não serem cumpridas efetivamente. Dessa forma, pode-se observar que as mulheres são majoritariamente despedidas quando se casam ou quando possuem filhos. Além disso, o próprio governo não cumpre suas leis, por exemplo, no que diz respeito ao fornecimento de creches, tampouco, as empresas privadas.

Segundo Federici (2017), apenas a produção voltada para o mercado tornou-se uma atividade avaliada como de valor; a reprodução do trabalhador do ponto de vista econômico passou a ser considerada sem valor e não mais como um trabalho. A reprodução da força de trabalho e o trabalho doméstico realizado juntamente com a acumulação de capital gerada por esses serviços tornaram-se invisíveis sendo essas atividades atribuídas como uma vocação natural das mulheres. A figura da dona de casa que trabalha em tempo integral se formou efetivamente no século XIX, estabelecendo o lugar e a posição que mulheres ocupariam na sociedade. Em síntese, a mulher desempenha um papel fundamental na estrutura social, tanto pela sua capacidade reprodutiva, que tenta ser controlada, quanto pelo trabalho doméstico, invisibilizado, que se buscou incutir a ela, para que o sistema capitalista e patriarcal se reproduza e permaneça ofertando lucro e benefícios para uma classe específica, composta por homens brancos e proprietários dos meios de produção.

## **CAPÍTULO 2 - DE EVA À MARIA: A SEXUALIDADE E A MORALIDADE COMO CAMPOS DE SUBJUGAÇÃO DA MULHER**

De acordo com estudos feitos por Nunes (2000), a partir do século XVIII, pôde-se perceber um processo de elaboração de estratégias para regular o corpo da mulher limitando-a à esfera doméstica e à maternidade. Nessa época a sexualidade feminina foi assunto privilegiado dos médicos.

Nesse contexto, a higiene pública, a medicina legal e a psiquiatria ocuparam-se, de forma bastante ativa, das mulheres e sobre elas teceram pressupostos, teses, normas de comportamento, reforçando velhos mitos e caucionando um projeto de controle minucioso sobre a sexualidade feminina. (NUNES, 2000, p. 11).

Os discursos médicos no século XIX, período em que se buscava restringir a mulher à esfera doméstica e ao casamento, contribuíram para a construção de uma “dupla imagem feminina”, em que por um lado a mulher era considerada como um ser dependente, passivo e assexuado e, por outro lado, considerado como um ser que possuía uma sexualidade excessiva que precisaria ser controlada e orientada, por não ter uma moral considerada confiável (NUNES, 2000). Dessa forma, qualquer comportamento que fugisse do ideal de esposa e mãe era patologizado e tratado como algo que não era natural. Assim sendo, a mulher deveria ser um sujeito controlado para não se tornar “[...] criminosa, prostituta, louca, histérica ou ninfomaníaca” (p. 12). A mulher então passa a ser vista como um perigo para a ordem social pois ela não teria capacidade moral para controlar sua suposta sexualidade excessiva. A sexologia e a psiquiatria do século XIX assumem o papel de regulador desses aspectos atribuídos às mulheres (NUNES, 2000).

De acordo com Nunes (2000), Foucault (1977) no livro “História da sexualidade” traz a concepção de que o fator sexual é um forte instrumento utilizado nas relações de poder como base para o desenvolvimento e a sustentação de diversos projetos políticos. Segundo Nunes (2000), de acordo com ele, no século XVIII, sendo consolidada no século XIX, surge a “ciência sexual”<sup>11</sup> preocupada em adestrar o corpo do sujeito, de forma que “[...] não se daria apenas pela repressão sexual, mas principalmente pela produção de subjetividade, pelo incitamento e encadeamento de desejos” (p. 13). Os Estados nesse período do surgimento da ciência sexual tinham começado a se preocupar com questões como do “[...] crescimento demográfico e sua relação com a economia” (p. 13). A ciência sexual se volta sobretudo para

---

<sup>11</sup> “[...] constituída como um conjunto de disciplinas e técnicas relativas ao comportamento sexual: pedagogia, medicina, economia, demografia, psiquiatria e psicanálise seriam seus principais componentes” (NUNES, 2000, p. 12-13).

o campo da biologia da reprodução e para a Medicina voltada para a higiene social, sendo utilizada como meio do aperfeiçoamento familiar e do controle da população:

[...] empregando 4 recursos nessa estratégia: a) codificações das técnicas de ‘fazer falar’ (em continuidade com a ideia de confissão); b) postulação de uma causalidade sexual difusa e geral (o sexo pode ser causa de tudo, incluindo a degeneração da raça); c) postulação de um princípio de clandestinidade ou de latência do sexo (haveria sempre uma motivação sexual por trás de qualquer ato); d) medicalização do sexo pela classificação das anomalias, disfunções e moléstias e pela proposta de terapias. (NUNES, 2000, p. 13, grifo do autor).

De acordo com Foucault (1977), citado por Nunes (2000), essas estratégias manifestaram um saber em relação ao que seria falso e o que seria verdadeiro referente ao sexo, partindo de regras e técnicas para formar novos sujeitos. Porém, o sexo não seria um fator apenas para ser “vigiado e regulado”, mas uma nova forma de pensar o sujeito moderno, como um ser sexuado. De acordo com ele, essa forma de dominação estaria relacionada à constituição de indivíduos e de sua identidade, em que a verdade seria encontrada na sua sexualidade. Posto isso, percebe-se o caráter político permeado pelo sexo, que se constitui e enreda as formas de dominação e exploração construídas socialmente.

Nesse contexto, pode-se distinguir quatro grandes conjuntos estratégicos que desenvolveram dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo: pedagogização do sexo das crianças; socialização das condutas de procriação e regulação demográfica; psiquiatrização do prazer perverso e histerização do corpo feminino. Foucault identificou, portanto, o corpo feminino como uma das peças-chaves dessa estratégia de poder. (NUNES, 2000, p. 13-14).

Dessa forma, segundo Nunes (2000), Foucault (1977) percebe a “histerização do corpo feminino” manifestada por dois movimentos em que, de um lado, se coloca a mulher como um corpo dotado de um excesso de sexualidade e, de um outro lado, como a responsável por gerenciar o ambiente familiar. Nunes (2000) leva em consideração a perspectiva de Foucault (1984; 1985) de que o sujeito é historicamente determinado, sendo os modos de subjetividade constituídos dependendo do momento histórico. Assim sendo, até o século XVIII, a mãe não era considerada como um elemento essencial para a educação e a criação dos filhos.

De acordo com a autora, e em concordância com Tardin, Barbosa e Leal (2015), Jean-Jacques Rousseau (1762) foi um dos primeiros filósofos a problematizar essa relação entre a mãe e o filho, delegando à mulher a função de cuidar das crianças e de se tornarem mães. Nesse período, juntamente com o pensamento iluminista, foi se estabelecendo uma ligação entre a mulher e a maternidade. Nunes (2000) reforça que até esse período as mulheres não eram consideradas responsáveis por educar e garantir a sobrevivência das crianças, nem a assumir um papel de maternagem: outras instituições podiam se encarregar dessa função.

As amas-de-leite, a criadagem, as instituições pedagógicas e religiosas, a organização familiar, podiam muito bem dar conta do recado. E assim o fizeram até o momento em que a questão da mortalidade e da sobrevivência das crianças começou a se constituir num problema de Estado. (NUNES, 2000, p. 19).

Dessa forma, quando a questão da mortalidade e da sobrevivência passaram a ser um problema do Estado, assim como a preocupação em construir uma burguesia forte, com indivíduos sadios, surgiu a necessidade de criar uma nova ordem familiar. Assim, “À medida que a ordem burguesa vai se consolidando, o modelo familiar nuclear ganha força e se expande” (NUNES, 2000, p. 21). É nesse momento que a relação entre mãe e filho vai se tornando fundamental e a mulher vai sendo responsabilizada pelos cuidados e pela educação dos filhos, pois, até então, a mulher era relegada juntamente com os filhos a uma posição submissa em relação ao pai (NUNES, 2000). Por conseguinte, “Começam a surgir livros e manuais que tratam da criação, da educação e dos cuidados com a saúde das crianças e que conferem à mulher um papel privilegiado nessa tarefa” (p. 21).

Assim que foi sendo criada essa associação da maternidade como função feminina foi se constituindo uma nova imagem sobre a mulher. A imagem até então construída de mulheres como sujeitos imperfeitos e inacabados vai progressivamente cedendo lugar a uma imagem mais valorizada de mãe e esposa. De acordo com Nunes (2000), até o século XVII, a concepção sobre a mulher foi pautada pelo cristianismo, perdurando por toda Idade Média e Renascimento. Segundo a autora, “Para os filósofos e pensadores de então, a mulher era vista como um ser mais carnal, dotada de sentimentos maléficos e de um desregramento sexual ameaçador” (p. 22). Ou seja, a mulher, além de ter uma propensão para a maldade, era possuidora de uma sexualidade imoral e sem controle, que colocava o homem em ameaça. O Cristianismo fez uma associação entre feminilidade, sexo e o mal, sendo a mulher vista como “[...] seres traiçoeiros que atiçavam a luxúria e o ciúme, lançando os homens uns contra os outros” (p. 22). A mulher então era vista, sobretudo, como um ser dotado de uma sexualidade mais aflorada e, por conta disso, ela teria dificuldade de não ceder a tentações. De acordo com Nunes (2000), Santo Agostinho pensava, por exemplo, que a mulher era a causa de todos os males e que, portanto, o homem deveria se separar delas. Ainda sobre a concepção sobre a mulher,

Uma das crenças universalmente aceitas era a da inferioridade inerente e insuperável das mulheres. A mulher era filha e herdeira de Eva. A fonte do Pecado Original e um instrumento do diabo. Era a um só tempo inferior (uma vez que fora criada da costela de Adão) e diabólica (por ter sucumbido à serpente). Os padres da Igreja Medieval acreditavam que as mulheres seriam mais inclinadas à luxúria e aos excessos sexuais. (NUNES, 2000, p. 23).

Nesse período, o clero possuía o monopólio do saber e, assim sendo, ditava e prescrevia como deveria ser a sociedade e suas principais instâncias, influenciando a imagem que se tinha da mulher como um ser frágil, facilmente manipulável e que portava o mal. Diante de toda essa perspectiva pejorativa sobre ela “[...] a única imagem salvadora é a da Virgem Mãe, que ganha força a partir do século XII. Mas esta é antes de mais nada um ideal ao qual as mortais não poderiam nunca alcançar. À Eva opõe-se uma Maria inacessível” (NUNES, 2000, p. 23). A imagem da mulher enquanto uma ameaça perdura pela Idade Média, mas isso se torna mais evidente no período do Renascimento quando ela é colocada enquanto feiticeira<sup>12</sup>. Para os inquisidores as mulheres eram muito mais facilmente corruptíveis e a explicação para a suposta propensão à bruxaria era de que, consoante Nunes (2000), a mulher era um ser imperfeito, insaciável e irracional, que age por meio de impulsos e não possui controle sobre si mesma, portanto, não era considerada apta ou confiável para se delegar a ela o cuidado e a educação de uma criança.

A partir do século XVI e XVII a associação que se fazia entre a feminilidade e a irracionalidade passa a ser questionada e debatida. A educação feminina passa a ser uma preocupação além de ser defendida por alguns moralistas. Lutero citado por Nunes (2000) traz a perspectiva de que homens e mulheres deveriam saber ler para que possam interpretar a Bíblia e fazer uma ligação direta com Deus. A Reforma defendia a alfabetização geral e, portanto, também a alfabetização feminina, porém “[...] Lutero fecha o espaço de saber tolerado para as mulheres, uma vez que a Reforma valoriza um modelo familiar patriarcal que subjuga a esposa” (NUNES, 2000, p. 25). A Reforma reforçou a ideia de que a posição social dos sujeitos desenvolvida historicamente era resultado de uma vontade divina, colaborando para uma consolidação dos papéis atribuídos ao homem e à mulher. Posteriormente, os reformadores perceberam que a mulher poderia possuir um potencial para educar e, dessa forma, poderia auxiliar na moral da sociedade (NUNES, 2000).

Posto isto, no século XVII ocorreram muitas discussões a respeito da educação da mulher e se ela possuía os mesmos atributos intelectuais e capacidade para entender e se utilizar da razão, como no caso do homem. Além disso, muitos intelectuais, como Molière, criticava e ridicularizava a ideia de mulheres buscarem o saber para desempenharem a função de filósofas ou cientistas. Poucos intelectuais defendiam a ideia de que os dois sexos

---

<sup>12</sup> “O estereótipo de feiticeira surgiu por volta de 1400 e manteve-se, pelo menos no nível de direito criminal, até o século XVII” (NUNES, 2000, p. 24).

possuíam igualdade intelectual. Como exemplo de um desses poucos pensadores, Nunes (2000) cita Poullain de la Barre.

Poullain de La Barre, foi sem dúvida, um dos grandes divulgadores desse tipo de pensamento. Servindo-se do princípio cartesiano que afirmava a autonomia da Razão em relação ao corpo, tornou possível a ideia de uma igualdade intelectual para os dois sexos. Poullain pregava a existência de uma essência única para homens e mulheres, demonstrando a identidade das aptidões masculinas e femininas. Acreditava que a razão era a mesma para toda a espécie humana e que as mulheres não eram inferiores, nem em relação às faculdades mentais nem em relação à capacidade moral. (p. 28).

Com a passagem para o século XVIII e a necessidade de colocar a mulher como aquela que cuida e rege a infância surge a necessidade de modificar a imagem negativa que se tinha sobre ela. Dessa forma, “Ocorre então uma inversão de valores que permite que atributos como fragilidade, sensibilidade, e dependência passem a ser tratados como positivos” (NUNES, 2000, p. 28). À vista disso, a mulher deixa de ser uma criatura diabólica para se tornar uma criatura doce: “Eva cede lugar a Maria” (p. 28). De acordo com o historiador Thomas Laqueur, citado por Nunes (2000), a construção de uma nova imagem da mulher, traçada a partir do século XVIII, é demarcada sobre a diferença que se estabelece entre os homens e as mulheres, que passa a ser pautada por uma diferença sexual. Ainda em conformidade com esse historiador, até o século XVII, essa diferença entre o homem e a mulher não tinha uma ligação direta com a diferença sexual. Para Nunes (2000), “Da antiguidade tardia à Renascença, dois sistemas de pensamento dominam o Ocidente, no que diz respeito à construção da masculinidade e da feminilidade: a teoria dos humores aristotélico-galênica e a descrição judaico-cristã” (NUNES, 2000, p. 29).

Em harmonia com a perspectiva aristotélica, considerava-se que o corpo humano, assim como qualquer corpo terrestre, era constituído por 4 elementos básicos: o ar, o fogo, a água e a terra. Esses elementos possuíam qualidades, humores distintos e específicos que também manifestavam uma hierarquia, sendo as coisas quentes e secas consideradas superiores às coisas frias e úmidas (NUNES, 2000). Coisas quentes e secas faziam referência ao homem, enquanto coisas frias e úmidas faziam referência a mulher. De acordo com Chauí (1994) e Foucault (1984) citados por Nunes (2000), para Aristóteles, os órgãos sexuais eram apenas instrumentos.

Ele acreditava que o pai gerava o feto, que todas as características das crianças já estariam presentes em seu sêmen, por ser o sexo do macho dotado de maior calor e o único capaz de esquentar o sangue, transmitindo o calor vital necessário à formação da vida. O sexo da fêmea seria frio e por isso não podia ferver o sangue para transmitir a vida. O pai daria a prole e a mãe apenas o corpo. A mulher seria passiva e receptora, o solo que acolhia e fazia germinar a semente que vinha do

homem. Para Aristóteles, a fêmea seria de fato um elemento passivo e o macho um elemento ativo. (NUNES, 2020, p. 30-31).

No século II, de acordo com Nunes (2000), seguindo a perspectiva de Aristóteles, Galeano desenvolveu uma teoria a respeito da natureza dos órgãos sexuais. Ele considerava que tanto o homem quanto a mulher possuíam órgãos semelhantes, porém, o órgão sexual da mulher estaria localizado dentro de seu corpo.

A menor quantidade de calor existente no corpo feminino era a responsável por essa inversão, por não ser suficiente para viabilizar que eles fossem externalizados, uma vez que o frio contrai e aperta, mantendo os órgãos internos. O calor que determinava o caráter sexual também determinava o sexo, moldando a genitália masculina ou feminina. (NUNES, 2000, p. 31).

De acordo com Galeno, o elemento calor era um fator fundamental para se pensar sobre a hierarquização entre homens e mulheres, sendo o calor um sinalizador de perfeição, constatando assim, que o homem, por ser considerado mais quente e a mulher mais fria seria superior a ela. Posto isso, a mulher ocuparia, dentro dessa lógica, a posição de imperfeita e inacabada, pois durante sua formação no ventre, não lhe haveria chegado calor suficiente para seu “perfeito” desenvolvimento como no caso do homem, sendo essa a justificativa por considerá-la mais fria e úmida (NUNES, 2000). Galeano fez uma correspondência em relação a anatomia do órgão reprodutivo da mulher e do homem, fazendo uma associação entre “[...] por exemplo, os testículos e os ovários, o pênis e a vagina e assim por diante” (p. 32). Levando isso em consideração, a ciência passou a considerar a existência de apenas um sexo, sendo o corpo da mulher a manifestação de algo faltante e inferior que não alcançou seu potencial de desenvolvimento por completo, como no caso do homem (NUNES, 2000).

Galeano e seus seguidores ainda relatavam que transformações de sexo, no caso da mulher, já haviam acontecido e que poderiam acontecer dependendo do aumento de calor no corpo dela, sendo o inverso, no caso um homem se transformar em mulher, impossível de acontecer, pelo fato da natureza sempre tender a perfeição. Essas teorias de Galeano prevaleceram como dogma da Medicina até o período da Renascença, em que ainda se encontravam relatos a respeito dessa suposta passagem do sexo feminino para o masculino.

Ambroise Paré, grande cirurgião do século XVI, relatava o caso de um certo Germain Garnier, batizado Maria, que servia na comitiva do rei. Tratava-se de um homem perfeito, mas que até os 15 anos viveu como uma moça, não mostrando nenhum sinal de masculinidade. No entanto, com a chegada da puberdade houve uma ruptura de ligamentos e sua genitália se externalizou. Os médicos explicaram o fenômeno como uma transformação ocorrida devido a um aumento de calor que possibilitou que seus órgãos sexuais saíssem. (NUNES, 2000, p. 32-33).

Esse pensamento se deu até esse momento histórico devido também a expansão do Cristianismo que, em conformidade com a lógica exposta anteriormente, via a mulher como um ser inacabado e imperfeito. Além disso, na perspectiva do Cristianismo, a mulher também poderia se transformar em homem, sendo esse o caminho para a salvação. Pode-se perceber que a mulher é colocada como um ser inferior e incompleto, em que o ser homem é o estado que se busca para essa suposta completude e perfeição (NUNES, 2000).

Interessante notar, como elucida Nunes (2000), que essa possibilidade de transformação demonstrava que entre o homem e a mulher existia uma linha tênue, diferente da concepção moderna, que considera essa passagem de forma natural, impensável e impossível de acontecer. Assim, a partir do século XVII, começa-se a notar uma mudança em relação a esse pensamento exposto, no qual os médicos passam a questionar essas ideias principiadas por Galeano. Nos discursos de médicos-filósofos, começa-se a manifestar que o corpo da mulher possui identidade própria e acabada, não se constituindo como uma cópia inacabada do corpo masculino.

Consuma-se então, que nesse período, ocorreram duas reformas no pensamento médico, em que primeiro os órgãos sexuais femininos passam a ser vistos como perfeitos, inclusive para sua função, e a segunda, referente a uma maior valorização do papel atribuído à mulher na reprodução. Porém, foi apenas a partir do século XVIII que se passou a questionar as teorias dos humores, que considerava a mulher como fria e úmida, e que a diferença sexual foi pensada como algo decisivo para se constatar o caráter do homem e da mulher. Foi a partir da metade do século XVIII, juntamente com as transformações sociais e políticas, que ressurge a necessidade de criar novos papéis sociais para o homem e para a mulher. Para Nunes (2000), “A reinterpretação do corpo foi a maneira encontrada pelos pensadores da época, principalmente Rousseau e os filósofos iluministas, de reestabelecer, em outro registro, a hierarquia entre homens e mulheres que começava a se constituir num problema” (p. 36).

Além disso, com a expansão do pensamento liberal, alguns atributos começam a ser mais incentivados e valorizados como o individualismo, a singularidade e a igualdade. Nesse sentido, as contradições que permeiam a hierarquia entre os sexos se intensificam. Se a mulher e o homem possuíam a mesma razão deveriam ter os direitos iguais perante a lei. Dessa forma, para se justificar a dominação da mulher pelo homem, no século XVIII, utilizou-se o argumento de que as diferentes atribuições de papéis sociais entre eles se davam

devido a uma predisposição biológica para tais afazeres, naturalizando e legitimando a hierarquia instituída entre homens e mulheres (NUNES, 2000).

De acordo com Nunes (2000), Rousseau é um dos principais pensadores com relação à articulação dessas ideias. Para ele, o homem e a mulher teriam funções específicas, cabendo à mulher se responsabilizar pelo espaço doméstico e o homem pelo espaço público. Porém, Rousseau, ao trazer essa perspectiva, entrava em contradição com sua ideia de igualdade universal. Para resolver a questão da desigualdade entre homens e mulheres ele justificou argumentando que as funções do homem e da mulher seriam determinadas por uma diferença de essência entre os sexos, constituída naturalmente.

Para Rousseau, a mulher não seria nem inferior, nem imperfeita; ao contrário, ela seria perfeita em sua especificidade, dotada de características biológicas e morais condizentes com as funções maternas e a vida doméstica, enquanto os homens seriam mais aptos à vida pública, ao trabalho e às atividades intelectuais. (NUNES, 2000, p. 38).

Com essa perspectiva, de acordo com Nunes (2000), a contradição com as ideias iluministas é abrandada, pois as desigualdades sociais seriam fruto de algo natural e não uma imposição feita socialmente. Dessa forma, as ideias de Rousseau foram aceitas e reforçadas pelos iluministas, assim como por pensadores como Diderot e Voltaire. Essas ideias ganharam mais força a partir do século XIX. De forma análoga, a ciência médica começa a criar hipóteses para reafirmar essa concepção, ocasionando também uma mudança no olhar da Medicina para sexualidade feminina. Consecutivamente, a partir de 1750 e 1790, a sexualidade deixa de ser uma característica exclusiva dos órgãos sexuais.

Roussel, alinhando-se com Rousseau, pensa a feminilidade como uma essência que se define por funções orgânicas específicas. O físico da mulher marcaria sua predestinação por sinais particulares: a fragilidade dos ossos, a forma alongada da bacia, a moleza dos tecidos, a estreiteza do cérebro e a superabundância das fibras nervosas deixariam perceber que a mulher tem como vocação natural a maternidade. (NUNES, 2000, p. 39).

Observa-se assim algumas mudanças no discurso médico do século XVIII, em que a mulher deixa de ter seus órgãos reprodutores considerados como imperfeitos para serem considerados perfeitos e em consonância com a maternidade. Além disso, outra mudança significativa aconteceu: “[...] o sexo passou a ser pensado como permeando todo o corpo humano, isto é, como algo que não estaria circunscrito apenas aos órgãos sexuais” (NUNES, 2000, p. 39). Com essa tentativa de delimitar e discorrer sobre as disparidades entre o homem e a mulher, a Medicina teceu esforços para constatar diferenças no corpo, em aspectos morais,

físicos e na alma. Dessa forma, a teoria do calor vital e de graus de perfeição cederam lugar à diversidade biológica.

O estudo de Londa Schiebinger sobre a modificação da descrição do esqueleto feminino na passagem do século XVII para o século XVIII é exemplar desse processo. Segundo ela, foi no contexto de uma tentativa de definir a posição da mulher na sociedade europeia que as primeiras representações científicas do esqueleto feminino apareceram. Mostra também que essas descrições não eram feitas de forma arbitrária, pois a atenção dos anatomistas voltava-se principalmente para as partes do corpo feminino politicamente significativas. Assim, desenhava-se a mulher com menor crânio (sinal de menor aptidão intelectual) e pélvis maior (sinal de maior aptidão para a reprodução). Ao contrário, os anatomistas do século XVI e XVII, de um modo geral, não voltaram sua atenção para essas diferenças, não mudaram a visão sobre a mulher contida em Galeano, nem formularam novas visões sobre as diferenças sexuais. Até o século XVIII havia apenas uma estrutura básica para o corpo humano: o modelo masculino. (NUNES, 2019, p. 40).

O olhar da Medicina foi moldado de acordo com as mudanças culturais e visões emergentes na época, ou seja, foi a partir da preocupação dos filósofos e moralistas em delimitar uma diferença significativa entre homens e mulheres que os cientistas começaram a adotar essas crenças. Assim, conforme a maternidade foi se tornando um fator que deveria ser associado a figura da mulher, procurou-se afirmar que seu corpo e sexo eram feitos para essa finalidade.

Em resumo, ao contrário do que se propunha na perspectiva galênica, onde o modelo ideal do corpo humano era o masculino, sendo o sexo feminino sua versão mal acabada, no século XVIII pensa-se a diferença entre os sexos como uma diferença de essência. Essa diferença de essência seria aqui produto da diferença sexual. No modelo antigo não havia a idéia de uma sexualidade masculina e de uma sexualidade feminina. Do ponto de vista sexual, a mulher nada mais seria do que uma variação do homem. A diferença sexual não era o parâmetro que explicaria a diferença de gêneros. [...] A tese de que homens e mulheres não são física e moralmente iguais, mas opostos complementares, ajustava-se perfeitamente ao pensamento liberal, fazendo as desigualdades parecerem naturais, ao mesmo tempo em que satisfaziam as necessidades da sociedade europeia de dar continuidade à divisão sexual do trabalho, assinalando para a mulher um único lugar social. A mulher não deveria ser vista como inferior ao homem, mas como fundamentalmente diferente e portanto incomparável a ele. A figura da mulher doméstica e cuidadosa surge como um oposto à do homem público e racional. (NUNES, 2000, p. 42-43).

Nesse sentido, filósofos e médicos criam uma teoria pautada em uma essência maternal feminina delegada pela natureza. Para Rousseau, a natureza delega o lugar que cada indivíduo deveria ocupar respeitando uma ordem social. Além disso, para ele, além das necessidades do sexo serem diferentes, as características morais se compunham como diversas e complementares. No caso das mulheres, a feminilidade estaria associada a “[...] fragilidade, timidez, doçura, sedução e afetividade” (NUNES, 2000, p. 43). Para autora, segundo Rousseau, essas diferenças seriam fundamentais para uma convivência pacífica e

tranquila entre o casal. Ainda em relação a perspectiva de Rousseau, Nunes (2000) afirma que:

Criticando as mulheres, ou seus poucos defensores, que pleiteavam direitos iguais, tenta desqualificar essas reivindicações, argumentando que as mulheres são, por natureza, passivas e que devem estar subordinadas ao homem, que seria o cabeça e guia do casal. A mulher não deve rivalizar com o homem, ela é feita para segui-lo e agradá-lo. (p. 44).

Conforme Nunes (2000), apesar de Rousseau dizer que a posição passiva da mulher era algo natural, o projeto pedagógico proposto por ele visava adestrar as mulheres para que elas tolerassem e suportassem esse lugar de submissão. Dessa forma, a educação da mulher é voltada para agradar e servir aos homens e aos filhos, e não para o saber. Assim sendo, para Rousseau, adestrar as mulheres para que elas sejam dependentes dos homens não seria uma tarefa difícil, pois essa era uma característica natural delas, “[...] o que faz com que, de um lado, elas se sintam feitas para obedecer e, de outro, desenvolvam maior capacidade de amor e doação” (p. 44). O autor inclusive dá ênfase a questões como o controle do corpo feminino e a disciplina de seus sentimentos e desejos, conduzindo as meninas a renunciarem a suas vontades com o intuito de garantir êxito nesse objetivo.

Para ele (Rousseau), desde o início da vida a educação das meninas deve voltar-se para o aprendizado dos cuidados em relação às necessidades e desejos dos homens. Nesse sentido, toda educação das mulheres há de ser relativa ao homem, a quem se obrigam ser úteis; educá-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida mais agradável e doce. (NUNES, 2000, p. 44, grifo nosso).

O controle rigoroso referente à educação para as meninas entra em contradição com a perspectiva de tendência natural. Em seu projeto pedagógico espera-se que “[...] a menina aprenda não só a se submeter calada, como a fazê-lo de bom grado, extraindo daí satisfações” (NUNES, 2000, p. 46). Além disso, para Rousseau, a mulher possui uma razão prática e, como tal, deveria se voltar para a prática e não para a ciência e a filosofia, sendo essa prática voltada para conhecimentos que tenham o homem como objeto, possibilitando condições para que ele consiga produzir o saber.

Por conseguinte, percebe-se que apesar de as teorias de Rousseau e dos iluministas de que a mulher teria uma vocação natural para a maternidade e para a obediência, o projeto pedagógico e a educação voltadas para ela eram pautados em uma rigidez que se fazia deduzir que a mulher não teria uma tendência natural para esses atributos. Com isso, há a pressuposição de que o aspecto natural ou a natureza da mulher não seria suficiente para que ela se restringisse de livre e espontânea vontade à esfera doméstica e à maternidade. Posto isso, para Nunes (2000) é:

Interessante notar que o exercício da maternidade era diretamente vinculado à necessidade de um sacrifício por parte das mulheres. Elas deviam sacrificar seus anseios, seus projetos, sua capacidade de pensar, seus direitos pessoais e civis, em nome dos filhos e do marido. Essa capacidade de sacrifício seria considerada como um dos dons de sua natureza, em função de sua vocação materna, e então enaltecida e ‘santificada’. A mãe passa a ser tratada como um mártir da modernidade, ganhando um valor positivo e inexistente até então. Seu sacrifício a redimiria dos pecados de Eva e ela, pelo sofrimento e renúncia, seria colocada em um pedestal. Ser mãe é padecer no paraíso: num mundo divinizado a mulher purga suas culpas e atinge uma espécie de beatificação. (p. 49, grifo do autor).

Na passagem para o século XIX, as mulheres ainda não tinham encarnado os ideais de maternidade e do ambiente doméstico. Além disso, “Sua presença na cena pública ainda é bastante significativa. Das revolucionárias às trabalhadoras, passando pelos salões, pela ciência e pela literatura, as mulheres continuavam lutando por seus direitos como cidadãs” (NUNES, 2000, p. 50). Importante ressaltar, conforme Nunes (2000), que a quantidade de ameaças sofridas por mulheres colocava em evidência como era fundamental para a ordem burguesa emergente que mulheres se restringissem e se conformassem com o ambiente doméstico. No século XIX, essas preocupações se intensificaram, assim como a coerção sobre elas.

Durante o século XIX, a noção de que haveria uma diferença de essência entre homens e mulheres ganha mais ênfase, sendo feitos mais estudos para reforçar essa teoria. Nesse contexto, como já foi mencionado, cria-se uma dupla imagem feminina: de um lado, a mulher dócil, frágil e passiva; de outro, a mulher com uma sexualidade mais afluída e uma moral facilmente corruptível. A concepção da mulher frágil vai ganhando novos sentidos com base nas teorias evolucionistas que vão emergindo, associando a mulher com um ser menos evoluído, estando próxima das crianças e dos seres primitivos. Congruente à Nunes (2000), no século XIX, a mulher é cada vez mais relacionada à criança, atribuindo a ela um caráter mais infantilizado e primitivo. Refutando essa teoria, Nunes (2000) traz que,

É interessante notar que essas descrições negam completamente as formas do corpo feminino adulto - como, por exemplo, os seios, que fazem qualquer observador, mesmo desatento, perceber as diferenças entre o corpo de uma mulher e o de uma criança. Valorizando alguns detalhes, que supõe semelhantes, e negando toda transformação pela qual passa o corpo feminino durante a puberdade, Posner reúne elementos para reforçar seus argumentos de que a mulher, permanecendo em um estágio infantil, falhou em alcançar um completo amadurecimento humano. (NUNES, 2000, p. 57).

Nessa perspectiva, foram sendo realizadas descrições anatômicas que se alinhavam aos anseios das teorias sociais para justificar que a função da mulher estava concentrada em ter e criar filhos. Esses estudos anatômicos reafirmaram que a fragilidade da mulher era parte de sua essência e que, dessa forma, essa particularidade era compatível com a esfera doméstica.

A autora discorre sobre um elemento interessante que elucida essa característica que é tão fortemente associada à figura da mulher. A bailarina, representa o ideal de mulher, surgindo na primeira metade do século XIX, como manifestação de uma mulher delicada, frágil e assexuada. Além disso, outro ponto peculiar em relação à figura da bailarina, é que esta não se forma sem um adestramento de seu corpo.

Quanto mais uma bailarina conseguisse encarnar, por via de um trabalho corporal intenso, esse ideal de delicadeza e suavidade, mais ela se aproximava do ápice do sucesso e do reconhecimento de seu talento. A bailarina aparece como o ideal estético do corpo feminino, ideal esse que encobre o que de mais carnal existe no corpo da mulher. [...] A bailarina exprime esse ideal que estetiza o corpo feminino, delimitando-o e renegando todo o aspecto sexual, exuberante e transbordante da feminilidade. (NUNES, 2000, p. 59).

Posto isso, segundo Nunes (2000), o sucesso da figura da bailarina se deu devido a representação de fragilidade, que por conseguinte coloca a mulher em uma posição de dependência dos homens. Ainda em relação a visão sobre a mulher no século XIX, como já foi mencionado anteriormente, acreditava-se que a anatomia delegava o destino das pessoas, enfatizando não haver possibilidade de igualdade política e social entre o homem e a mulher, sendo essas diferenças consideradas como responsáveis por uma harmonia familiar e social. Para Nunes (2000), “É como se as mulheres não passassem de um mero apêndice masculino. De um modo geral, com algumas poucas exceções, a filosofia do século XIX reforçou a noção da existência de dois sexos complementares e, em maior ou menor grau, reafirmou a hierarquia masculino/ feminino” (p. 60).

De acordo com Nunes (2000), o crescente discurso a respeito do feminino coincidiu com a ampla participação das mulheres na esfera pública, manifestada desde o final do século XVIII. O século XIX, foi marcado por mudanças significativas para as mulheres, como por exemplo, no que diz respeito ao “[...] nascimento do feminismo, as mudanças em relação ao trabalho assalariado e o direito à instrução [...]” (p. 61). Além disso, Nunes (2000), fundamentada por Michelle Perrot, demonstra que as mulheres de maneira mais ou menos estruturada de forma coletiva ou por iniciativa solitária começaram a se expandir socialmente. Algumas brechas, segundo a autora, foram essenciais para essa inserção, como por exemplo, a prática da caridade, a expansão das mulheres no mercado de trabalho operário e a migração feminina.

Apesar disso, havia também uma onda que insistia em reafirmar que mulheres deveriam ser excluídas da esfera pública, buscando convencê-las de que deveriam aceitar o papel socialmente atribuído a elas. Segundo Nunes (2000), “Pode-se então observar uma

valorização dos aspectos positivos da feminilidade e de suas funções e um endeusamento da figura materna nunca antes observado” (p. 65). A maternidade é valorizada para que mulheres queiram alcançá-la, renunciando a seus projetos pessoais em vista da família e da sociedade. Dessa forma, “A mulher que se torna mãe vai ser comparada a uma santa que, como Maria, devota toda sua vida ao filho. Esse processo de beatificação do sexo feminino vai se dar pela transformação da maternidade em uma função sagrada e da mulher em redentora da humanidade” (NUNES, 2000, p. 66).

A Igreja Católica acatou a figura da mulher bondosa que valoriza a maternidade e se torna responsável pela manutenção de valores da família e da sociedade. Sendo assim, “A maternidade da Virgem apagou o pecado de Eva” (NUNES, 2000, p. 67). A Medicina, em seus discursos, também traz a perspectiva de que a mulher desempenharia importante papel para a manutenção e equilíbrio familiar, por ser detentora de sentimentos considerados nobres e por seu papel tanto de educar os filhos como de transformar os homens.

Nesse sentido, a mulher ganha um valor que até então não possuía. A redenção do homem e da sociedade está em suas mãos. O casamento e a maternidade colocam-na num pedestal e lhe atribuem uma responsabilidade que não se observa em nenhum momento anterior. Seguindo os passos de Rousseau, os pensadores do século XIX vão então procurar circunscrever a mulher nesse papel, por via da educação e das regras de higiene. No centro dessa estratégia encontra-se uma crescente preocupação com a sexualidade feminina. Minha hipótese é que o lugar privilegiado para a fixação da sexualidade feminina foi a maternidade e o casamento, a mulher devendo ficar sob a tutela do homem e ter prazer com o filho. (NUNES, 2000, p. 67-68).

Outro fator mencionado pela autora diz respeito à sexualidade feminina. Nesse período, procura-se transformar os instintos sexuais em instintos maternos e dessexualizando a mulher. Deste modo, no século XIX começa a surgir uma literatura que passa a negar os desejos sexuais da mulher. Assim, “Se antes a mulher era pensada como mais carnal, aqui ela se torna assexuada. Em 1840, essa falta de apetite sexual passa a ser chamada de frigidez. Excitar uma mulher passa a ser um ‘problema’” (NUNES, 2000, p. 71, grifo do autor). De acordo com a autora, os médicos oitocentistas afirmavam que era na maternidade que as mulheres se satisfaziam e obtinham prazer, sendo o filho o objeto de desejo materno delas. A atribuição do homem como um ser sexual e da mulher como um ser maternal, se faz como mais uma diferença imposta socialmente.

Nesse período, segundo Nunes (2000), os sacrifícios incumbidos às mulheres se tornaram mais intensos, sobretudo para que ela renunciasse seus desejos pessoais em prol da família e do casamento. Por conseguinte, havia uma preocupação com a mulher que procurava transgredir o modelo imposto de esposa e mãe e, esta última, é responsabilizada pelas

comorbidades acometidas ao filho, seja pela sua morte, pelo seu comportamento, pela sua saúde ou pelos distúrbios que ele possa vir a manifestar. Caso o filho se torne um delinquente ou um criminoso a culpa também é delegada à mãe. Posto isso, surge a figura da mãe má, que não ama suficientemente seu filho. Como em outros momentos históricos, já mencionados, o Cristianismo revive o medo da mulher, representando a mulher como um ser maléfico e criador de confusão. As críticas tecidas em relação às mulheres que não se submetiam ao ideal de esposa e mãe revelam que a existência dessas mulheres era vista como um problema, e que os moralistas respondiam de forma violenta a elas. De acordo com a autora,

Uma mulher que tem um ideal e que em nome dele rompe com a norma familiar torna-se nesse momento, sem dúvida, um problema, e vai colocar médicos, filósofos, escritores e moralistas diante de um enigma, enigma que procurarão desvendar. O sexo feminino passa a ser tratado como um sexo ambíguo, imponderável, que pode assumir diferentes formas. A mulher tanto pode ser anjo como demônio, santa ou prostituta, fiel ou adúltera, mãe devotada ou infanticida, capaz das ações mais sublimes e também das mais degradadas. (NUNES, 2000, p. 87).

Percebe-se que, historicamente, o corpo e o potencial reprodutivo da mulher, tem sido objeto de controle de uma lógica machista que a manipula de acordo com seus interesses, legitimando e naturalizando aspectos que evidenciam a desigualdade e a hierarquia imposta sobre ela. A mulher foi colocada, ora como Eva, correspondendo ao modelo de pecadora; ora como Maria, vinculada a imagem de santa, a depender dos objetivos conservadores, religiosos e machistas de uma sociedade ideologicamente pautada na dominação social do homem. Essas figuras e imagens sobre as mulheres são retratos de uma violência que se naturalizou e que repercute contemporaneamente.

## **CAPÍTULO 3 ATUALIZAÇÃO HISTÓRICA E CONTEMPORÂNEA DO CONTROLE E DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

### **3.1 CAÇA ÀS BRUXAS E PODER: A DISCIPLINARIZAÇÃO DO CORPO E DO CARÁTER REPRODUTIVO COMO CONTENÇÃO DE REVOLTAS E PRODUÇÃO DE TRABALHADORES**

No prefácio de Bianca Santana, presente no livro “Mulheres e caça às bruxas” de Silvia Federici, é possível perceber que, como já mencionando anteriormente, tanto o racismo quanto a discriminação contra mulheres foram fundamentais para a consolidação do capitalismo. Assim, conforme Santana (2019),

Para ir às fábricas produzir, trabalhadores precisam comer, ter as roupas limpas e costuradas, descansar em ambientes limpos. Muito trabalho é necessário para que a classe trabalhadora se reproduza e, no capitalismo norte-americano e europeu, essa era uma função exercida por mulheres, que não recebiam remuneração, poder político nem qualquer forma de reconhecimento. (SANTANA, 2019, p. 14).

Conforme Federici (2019), é possível, com o estudo e a análise do fenômeno da caça às bruxas, colocar em questão o pressuposto de que o capitalismo dispôs em sua essência de um progresso social. Na passagem do feudalismo para o capitalismo, mulheres “[...] tiveram suas terras comuns confiscadas, vivenciaram a fome produzida pela mudança para a agricultura comercial e viram sua resistência ser perseguida como sinal de um pacto diabólico” (p. 41). A autora utiliza o argumento de que os cercamentos das terras inglesas e o surgimento do capitalismo agrário, que se deu a partir de meados do século XV na Europa, tiveram um papel de destaque no entendimento das acusações de bruxarias, traçando assim uma ligação entre a acumulação de capital e o fenômeno da caça às bruxas.

Os cercamentos foram um fenômeno inglês pelo qual a classe proprietária de terras e membros abastados da classe camponesa cercaram terras comuns, colocando fim aos direitos consuetudinários e desalojando a população de agricultores e colonos que delas dependiam para sobreviver. [...] estes demonstram mais claramente como a comercialização da terra e o crescimento das relações monetárias afetou, de formas diferentes, mulheres e homens. No uso que faço aqui, os cercamentos incluíam ocupação da terra, introdução de aluguéis extorsivos e novas formas de tributação. Em todos os modelos, porém, esse foi um processo violento, que provocou profunda polarização no que tinham sido, até então, comunidades estruturadas com base em vínculos recíprocos. (FEDERICI, 2019, p. 48).

A autora explana que embora saiba que esse acontecimento também exige uma explicação multicausal, ela foca seus estudos na associação entre o desenvolvimento capitalista e a caça às bruxas. Posto isso, Federici (2019), com base nos seus estudos, percebe “[...] uma relação singular entre o desmantelamento dos regimes comunitários e a demonização de integrantes das comunidades afetadas que transforma a caça às bruxas em um

instrumento efetivo de privatização econômica e social” (p. 49). A caça às bruxas, tanto na Inglaterra como na região da Europa em geral, deu-se em sua grande maioria no meio rural, principalmente em terras que haviam sido cercadas. Além disso, algumas considerações a respeito da cronologia, como elucidada a autora, são importantes de serem mencionadas, pois,

Elas mostram que, na Inglaterra, os julgamentos de bruxas não começaram antes do século XVI, que atingiram o auge no XVII e que ocorreram em sociedades em que as relações econômicas e sociais eram reformuladas pela crescente importância do mercado e nas quais a pauperização e o aumento das desigualdades eram desenfreados, tornando-se assustadores no período de 1580 a 1620, quando, sob o impacto da prata que chegava da América do Sul o preço de grãos e outros produtos agrícolas começou a subir. (FEDERICI, 2019, p. 49-50).

Segundo Federici (2019), com o aumento de preços e a perda de direitos consuetudinários, ou seja, direitos que não foram escritos e se baseiam em hábitos e costumes, as mulheres mais velhas foram as mais impactadas. Anteriormente, no contexto da sociedade senhorial inglesa, diferente do novo modelo que estava entrando em vigor, pobres e viúvas tinham sua subsistência garantida pelo modelo de economia rural.

[...] o antigo sistema senhorial fez muito para atender às necessidades de viúvas e pessoas idosas por meio de um sistema interno de auxílio a pobres. A viúva desfrutava do direito de freebench, isto é, da transmissão de uma parcela da propriedade de seu antigo marido, que ia de um quarto à totalidade, de acordo com o costume senhorial local. Se ela fosse incapaz de realizar o cultivo sozinha, poderia entregá-la a um membro mais jovem da família em troca da garantia de sustento [...]. Também havia diversos privilégios consuetudinários locais para pobres, variando do direito a três dias de colheita antes que o restolho fosse destinado à pastagem [...] até a permissão para dormir na igreja caso não tivessem outro alojamento. (THOMAS, 1974, p. 592 *apud* FEDERICI, 2019, p. 50).

Com a mudança, muitas das mulheres acusadas de serem bruxas eram na verdade mulheres pobres que sobreviviam por meio de esmolas e de “impostos para pobres” – considerado o primeiro sistema atribuído ao bem-estar social, manifestado na Inglaterra. Além disso, os crimes que eram imputados a elas denunciavam que essas mulheres constituíam parte da população camponesa, que não tinham mais direito nem à terra, nem aos direitos consuetudinários, como foi mencionado anteriormente. Além da pobreza, outros fatores contribuíram para a constituição de uma bruxa:

Primeiro, as bruxas não eram apenas vítimas. Eram mulheres que resistiam à própria pauperização e exclusão social. Ameaçavam, lançavam olhares reprovadores e amaldiçoavam quem se recusava a ajudá-las. [...] As pessoas que as processavam acusavam-nas de ser encrenqueiras, de ter língua ferina, de armar confusão entre a vizinhança – acusações que historiadoras e historiadores muitas vezes acataram. Podemos, porém, questionar se, por trás das ameaças e das palavras maldosas, não deveríamos captar um ressentimento nascido da raiva pela injustiça sofrida, uma forma de rejeitar a marginalização. (FEDERICI, 2019, p. 52).

Até esse ponto, podemos perceber fatores econômicos que são considerados por Federici (2019) como plano secundário das acusações de bruxaria. Posterior a isso, ela apresenta a política institucional, também em segundo plano, como outro fator que colocava a mulher em uma posição de subordinação referente ao homem, em que se puniam mulheres por qualquer tentativa ou manifestação relacionada a sua independência ou transgressão sexual. Considerava-se também como bruxa aquela que fugia dos padrões de feminilidade estabelecidos à mulher durante esse período na Europa.

Na figura da bruxa as autoridades puniam, ao mesmo tempo, a investida contra a propriedade privada, a insubordinação social, a propagação de crenças mágicas, que pressupunham a presença de poderes que não podiam controlar, e o desvio da norma sexual que, naquele momento, colocava o comportamento sexual e a procriação sob domínio do Estado. (FEDERICI, 2019, p. 53-54).

À vista disso, juntamente com as bruxas, foram eliminadas também crenças, práticas culturais e sociais que faziam parte da Europa rural pré-capitalista, que poderiam de alguma forma interferir, atrapalhar ou se manifestar como ameaça para o novo curso da ordem econômica que estava se formando. Por conseguinte, aspectos como o dos cercamentos de terras, não podem ser pensados como uma “[...] simples separação da terra por cercas. Devemos pensar em um cercamento de conhecimento, de nosso corpo, de nossa relação com as outras pessoas e com a natureza” (FEDERICI, 2019, p. 55). Levando isso em consideração, a autora pontua:

Por meio da caça às bruxas, portanto, um novo código social e ético foi imposto, e isso tornou qualquer fonte de poder independente do Estado e da Igreja suspeita de diabolismo e provocou o medo do inferno – o medo do mal absoluto sobre a terra. O fato de ter sido comumente assumido que a personificação do diabo era uma mulher teve profundas consequências para a condição das mulheres no mundo capitalista que a caça às bruxas ajudou a construir. Dividiu as mulheres. Ensinou a elas que, ao se tornarem cúmplices da guerra contra as ‘bruxas’ e aceitarem a liderança dos homens quanto a isso, obteriam a proteção que as salvaria do carrasco ou da fogueira. Ensinou-as, acima de tudo, a aceitar o lugar a elas designado no desenvolvimento da sociedade capitalista, pois, uma vez que fosse aceito que poderiam se tornar servas do diabo, a suspeita de diabolismo acompanharia a mulher por todos os instantes de sua vida. (p. 57, grifo da autora).

Federici (2019) se pergunta o porquê de as caças às bruxas terem sido direcionadas majoritariamente contra as mulheres e o porquê delas serem retratadas pelos inquisidores e demonólogos como criaturas poderosas, terroristas, míticas, associadas ao inferno, podendo até mesmo devorar homens. A autora sintetiza que as mulheres foram vítimas dessas acusações devido a transição do feudalismo para o capitalismo que acarretou a destruição de seus meios de subsistência, assim como a base de seu poder social, justamente em um

contexto em que pedir esmolas, assim como a caridade de uma maneira geral, estava sendo criminalizada.

Assim, há uma forte relação entre a caça às bruxas e o processo dos “cercamentos”. Federici (2019) pontua que a situação de miséria e pauperização em que as mulheres, principalmente as idosas, foram colocadas e o próprio ressentimento causado por terem sido marginalizadas e excluídas das terras, que antes eram comuns a elas e garantiam sua subsistência e que as levou a ameaçar e amaldiçoar aqueles que não a ajudavam ou estavam em melhores condições, por si só, ainda não explicavam o medo que as pessoas sentiam delas. Isso também não explicava as acusações e denúncias de transgressões sexuais e crimes reprodutivos, como de infanticídio e de causar impotência em homens.

Para tentar compreender o motivo desse medo, Federici (2019) recorre não apenas aos conflitos sociais desencadeados pelo desenvolvimento do capitalismo, mas também às transformações sociais, sobretudo, relativas às relações de reprodução e de gênero que antes se manifestavam no mundo medieval. De acordo com a autora, o capitalismo surgiu por meio de estratégias ministradas pela elite feudal, composta pelos integrantes da igreja e daqueles que possuíam terras, com o intuito de barrar as lutas do proletariado rural e urbano, em meados do século XIV, ocasionando também uma reestruturação da concepção de trabalho, de riqueza e de valor. Representava uma forma de abarcar o novo sistema de produção que estava sendo implementado e que convergisse com os intensos modos de exploração. Dessa maneira, a classe capitalista teve que lidar com a população expropriada, com fortes chances de se rebelarem, tendo como pré-requisito a formação de novos indivíduos e de novas formas de disciplinarização social para alavancar a capacidade produtiva do trabalho.

Essa classe capitalista também possuía o interesse em erradicar qualquer ligação entre as pessoas, o mundo natural e seus próprios corpos, pois em primazia se objetivava transformar os trabalhadores e trabalhadoras em máquinas. Assim, qualquer fenômeno que pudesse colocar em risco a exploração da mão de obra braçal, nesse contexto, seria combatido. Federici (2019) afirma:

Devido a sua relação singular com o processo de reprodução, as mulheres, em muitas sociedades pré-capitalistas, foram reconhecidas por uma compreensão particular dos segredos da natureza, que as capacitava, supostamente, a proporcionar vida e morte e a descobrir as propriedades ocultas das coisas. Praticar magia (na condição de curandeiras, médicas tradicionais, herboristas, parteiras, criadoras de poções de amor) também foi, para muitas mulheres, uma fonte de emprego e, indubitavelmente, uma fonte de poder, embora as expusesse à vingança quando os remédios falhavam. (p. 65).

Posto isso, percebe-se, de acordo com Federici (2019), que em vista de se construir um mundo mais mecanizado, a mulher, nessa perspectiva, torna-se um dos principais alvos pelo seu suposto poder. Além disso, outro fator importante mencionado pela autora diz respeito a visão sobre a sexualidade das mulheres, que eram descritas sobretudo como diabólicas, definição fundamental para compor o significado atribuído à bruxaria. Nesse sentido, no contexto da Europa ocidental dos séculos XVI e XVII, “[...] a sexualidade feminina foi vista, ao mesmo tempo, como ameaça social e, quando direcionada apropriadamente, como poderosa força econômica” (p. 66). Por conseguinte,

[...] a necessidade de proteger a coesão da Igreja como clã masculino, patriarcal, e de impedir que sua propriedade fosse dissipada devido à fraqueza clerical diante do poder feminino levou o clero a retratar o sexo feminino como instrumento do diabo – quanto mais agradável para os olhos, mais mortal para a alma. Esse é o tema central de toda a demonologia, a começar por *Malleus maleficarum*, provavelmente o texto mais misógino já escrito. Fosse católica, protestante ou puritana, a burguesia emergente deu continuidade a essa tradição, mas com uma deformidade, já que a repressão do desejo feminino foi colocada a serviço de objetivos utilitários, como a satisfação das necessidades sexuais dos homens e, mais importante, a geração de mão de obra abundante. Uma vez que seu potencial subversivo foi exorcizado e interdito por meio da caça às bruxas, a sexualidade feminina pôde ser recuperada, em um contexto matrimonial e para fins de procriação. (FEDERICI, 2019, p. 67-68).

Com o capitalismo, o comportamento social atribuído à mulher perpassava por uma sexualidade que deveria ser dócil e controlada, de forma a servir como instrumento para reproduzir a força de trabalho e manter a mão de obra pacífica de acordo com os objetivos desse sistema. Dessa forma, no capitalismo, a sexualidade só faz sentido no que tange a servir como meio para garantir a procriação e reprodução do trabalhador assalariado, do sexo masculino (FEDERICI, 2019). Associando o fato de limitarem a sexualidade da mulher ao casamento, a procriação e a obediência ao homem, que se traduzia enquanto moral social, as acusações mais recorrentes em relação às bruxas dizem respeito ao comportamento libertino ou em relação à reprodução da vida.

A sexualidade feminina também foi retratada historicamente como “[...] perigo social, ameaça à disciplina do trabalho, poder sobre as outras pessoas e obstáculo à manutenção das hierarquias sociais e às relações de classe” (FEDERICI, 2019, p. 69). Além da acusação de cópula com o diabo havia o medo de que as mulheres seduzissem os homens manipulando-os de forma a fazê-los esquecer de suas obrigações sociais submetendo-os ao seu poder. A caça às bruxas deixou um legado marcante para as mulheres que convergiam com esses ideais, como comenta Federici (2019):

[...] a caça às bruxas instituiu um regime de terror contra todas as mulheres, do qual emergiu um novo modelo de feminilidade a que as mulheres tiveram de se

conformar para serem socialmente aceitas durante o desenvolvimento da sociedade capitalista: a feminilidade assexuada, obediente, submissa, resignada à subordinação ao mundo masculino, aceitando como natural o confinamento a uma esfera de atividades que foram completamente depreciadas no capitalismo. (p. 70-71).

As mulheres sofreram acusações e perseguições sendo torturadas para destruir o suposto poder disposto por elas, incluindo as mulheres idosas, dado que elas poderiam repassar seus “saberes” para as mais novas, inclusive conhecimentos proibidos, sobre plantas que poderiam causar aborto, além de serem elas que se lembravam do que havia acontecido historicamente. Tanto o caráter demoníaco atribuído a elas, quanto as punições feitas contra as mulheres serviram para deixar uma sociedade aterrorizada, assim como o intuito de barrar e amedrontar qualquer resistência formada ou que poderia vir a se formar. Dito isso,

A bruxa foi a comunista e a terrorista de sua época, quando foi necessário um mecanismo ‘civilizador’ para produzir uma nova ‘subjetividade’ e uma nova divisão sexual do trabalho em que a disciplina capitalista da mão de obra viria a se apoiar. [...] Nas fogueiras não estava, apenas os corpos de ‘bruxas’, destruídos; também estava todo um universo de relações sociais que fora a base do poder social das mulheres e um vasto conhecimento que elas haviam transmitido, de mãe para filha, ao longo de gerações - conhecimento sobre ervas, sobre meios de contracepção ou aborto e sobre quais magias usar para obter o amor dos homens. (FEDERICI, 2019, p. 72, grifo da autora).

De acordo com Federici (2017), a caça às bruxas e o terror que esse fenômeno desempenhou sobre as mulheres foi essencial para o desenvolvimento capitalista, tanto pela formação do proletariado moderno, quanto para o desmantelamento da resistência composta pelo campesinato europeu contra a aristocracia latifundiária e o Estado. Além disso, o momento estava sendo marcado pela privatização de terras, o aumento de impostos e o controle sobre a vida social das pessoas. A caça às bruxas também intensificou a divisão entre homens e mulheres, contribuiu para o medo que os homens sentiam do poder delas, destruiu crenças, práticas e sujeitos que não se enquadravam no padrão disciplinador para o trabalho na lógica capitalista. Segundo Federici (2017), a caça às bruxas atingiu seu ápice entre 1580 e 1630, época, segundo a autora, em que as relações feudais estavam abrindo espaço para as instituições econômicas e políticas ancoradas no capitalismo mercantil.

Foi a *Constitutio Criminalis Carolina* – o Código Legal Imperial promulgado pelo rei católico Carlos V em 1532 – que estabeleceu que a bruxaria seria penalizada com a morte. Na Inglaterra protestante, a perseguição foi legalizada por meio de três Atos do Parlamento, aprovados, respectivamente, em 1542, em 1563 e em 1604, sendo que o último introduziu a pena de morte inclusive na ausência de dano a pessoas ou a coisas. Depois de 1550, na Escócia, na Suíça, na França e nos Países Baixos Espanhóis, também foram aprovadas leis e ordenanças que fizeram da bruxaria um crime capital e incitaram a população a denunciar as suspeitas de bruxaria. Estas foram republicadas, nos anos seguintes, para aumentar a quantidade de pessoas que podiam ser executadas e, novamente, para fazer da bruxaria por si só, e não dos

danos que supostamente provocava, um crime grave. (FEDERICI, 2017, p. 297-298).

Conforme Federici (2017), a caça às bruxas constituiu uma importante iniciativa política. Esse fato não minimiza o papel desempenhado pela Igreja Católica nesse processo. A Igreja Católica formou uma estrutura metafísica e ideológica estimulando a perseguição das bruxas. Nesse sentido, “Sem a Inquisição, sem as numerosas bulas papais que exortavam as autoridades seculares a procurar e castigar as ‘bruxas’ e, sobretudo, sem os séculos de campanhas misóginas da Igreja contra as mulheres, a caça às bruxas não teria sido possível” (FEDERICI, 2017, p. 302, grifo da autora). É possível afirmar também que o Estado desempenhou importante papel para que as execuções fossem efetuadas, afinal:

Como dar conta do fato de que, durante mais de dois séculos, em distintos países europeus, centenas de milhares de mulheres tenham sido julgadas, torturadas, queimadas vivas ou enforcadas, acusadas de terem vendido seu corpo e sua alma ao demônio e, por meios mágicos, assassinado inúmeras crianças, sugado seu sangue, fabricado poções com sua carne, causado a morte de seus vizinhos, destruído gado e cultivos, provocado tempestades e realizado muitas outras abominações?. (p. 304).

Consoante Federici (2017), considerando o contexto histórico, o gênero e a classe das pessoas acusadas, assim como as consequências dessa perseguição, pode-se constatar que a caça às bruxas se constituiu um ataque a resistência representada por mulheres que colocavam em risco as relações capitalistas vigentes, do mesmo modo que, para barrar o poder que as mulheres adquiriram devido a sua sexualidade, representou controle em relação a reprodução. Além disso, “A caça às bruxas foi também instrumento da construção de uma nova ordem patriarcal em que os corpos das mulheres, seu trabalho e seus poderes sexuais e reprodutivos foram colocados sob o controle do Estado e transformados em recursos econômicos” (FEDERICI, 2017, p. 305-306). Segundo a autora, os caçadores de bruxas estavam mais interessados em eliminar comportamentos femininos que não os agradava e que deveriam se tornar aversivos para a população do que castigá-las pelos crimes que eram acusadas.

De acordo com Federici (2017), a bruxaria foi encarada como um crime feminino e isso pode ser constatado com base no período entre 1550 e 1650, ápice da perseguição. Anteriormente a esse período, os homens constituíam 40% dos acusados, enquanto posteriormente, um número menor continuou a ser acusado, entre eles, “[...] vagabundos, mendigos, trabalhadores itinerantes, assim como ciganos e padres de classe baixa” (p. 323). No século XVI, fazer acusações de que as pessoas estavam adorando ao diabo se tornou comum nas lutas de caráter político e religioso. Bispos e políticos eram acusados de bruxaria, protestantes acusavam católicos de servirem ao demônio, assim como judeus. Apesar disso, o

que mais chama atenção da autora é o fato de na Europa, entre os séculos XVI e XVII, 80% das pessoas julgadas e executadas pelo crime de bruxaria serem mulheres. Conforme Federici (2017), nesse período as mulheres foram mais perseguidas pelo crime de bruxaria do que qualquer outro.

Federici (2017) aponta para o fato de que a figura da bruxa ser representada por uma mulher também era acentuado por demonólogos, que afirmavam que Deus havia livrado os homens desse fenômeno. De acordo com a autora, fundamentada em Sigrid Brauner (1995), em relação às justificativas dessa atribuição, por exemplo, em *Malleus Maleficarum*, os autores argumentavam que as mulheres tinham mais propensão a bruxaria em razão de sua “luxúria insaciável”, enquanto Martinho Lutero e os escritores considerados humanistas atribuíam essa propensão às mulheres devido a sua debilidade mental e moral. Porém, de modo geral, todos imputavam às mulheres o estigma de serem seres diabólicos.

Tanto as acusações de perversão sexual quanto de infanticídio contra as “bruxas” estavam associadas, segundo a autora, à demonização de práticas contraceptivas usadas pelas mulheres. Dessa forma, os crimes reprodutivos preenchem um lugar de destaque nos julgamentos. No século XVII, as mulheres foram acusadas de tentar,

[...] destruir a potência geradora de humanos e animais, de praticar abortos e de pertencer a uma seita infanticida dedicada a assassinar crianças ou ofertá-las ao demônio. Também na imaginação popular, a bruxa começou a ser associada à imagem de uma velha luxuriosa, hostil à vida nova, que se alimentava de carne infantil ou usava os corpos das crianças para fazer suas poções mágicas – um estereótipo que, mais tarde, seria popularizado pelos livros infantis. (FEDERICI, 2017, p. 324).

Uma das explicações para a ênfase nos crimes reprodutivos em relação aos julgamentos por bruxarias diz respeito às altas taxas de mortalidade infantil, predominantes nos séculos XVI e XVII, em decorrência da expansão da pobreza e da desnutrição. Contextualizando a caça às bruxas ao fator político econômico do século XVI, os estadistas e economistas europeus se preocupavam com o campo da reprodução e do tamanho da população e, por conseguinte, da força de trabalho. No século XVII, com a população entrando em declínio, permeando um colapso demográfico, a questão do trabalho é colocada como um fator de urgência. À vista disso, “[...] parece plausível que a caça às bruxas tenha sido, pelo menos em parte, uma tentativa de criminalizar o controle da natalidade e de colocar o corpo feminino – o útero – a serviço do aumento da população e da acumulação da força de trabalho (FEDERICI, 2017, p. 326).

Federici (2017) discorre sobre essa hipótese constatando que o que se pode afirmar é que a caça às bruxas foi executada por uma classe política que estava preocupada, sobretudo, com a diminuição da população e com o fato de que uma população numerosa é base para a riqueza de uma nação. Posto isso, torna-se importante frisar que muitas bruxas eram parteiras e “mulheres sábias”, que possuíam conhecimentos a respeito do controle reprodutivo da mulher. De acordo com a autora, a partir do final do século XVI, a França tal qual a Inglaterra, autorizaram poucas mulheres a praticar a obstetrícia. Já no início do século XVII, os primeiros homens que começaram a desempenhar a função de parteiros começaram a surgir. Passado um século, o Estado passa a controlar quase que completamente a obstetrícia. Segundo Federici (2017), a marginalização das parteiras não era uma tentativa apenas de desprofissionalização das mulheres, ademais, com base em fortes indícios, também por não serem consideradas confiáveis e pelo fato de que não havendo mulheres ocupando essa profissão, elas não teriam controle sobre a reprodução.

Do mesmo modo que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, os quais foram assim ‘liberados’ de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais formidáveis ao redor dos corpos das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais. (FEDERICI, 2017, p. 330, grifo da autora).

Os efeitos que essas perseguições provocaram nas mulheres e na posição social ocupada por elas a respeito da destruição de métodos para controlar a procriação – vistos e denunciados como instrumentos diabólicos –, por exemplo, institucionalizou o controle do Estado sobre o corpo da mulher, sendo este fator um pré-requisito fundamental para a subordinação da mulher em detrimento da reprodução da força de trabalho. Contudo, as bruxas não eram apenas parteiras, mulheres que não queriam desempenhar função materna e mendigas, eram também mulheres consideradas libertinas e promíscuas, ou seja, prostitutas, adúlteras ou mulheres que praticavam sua sexualidade fora do casamento e sem fins vinculados a procriação. As bruxas eram também “mulheres rebeldes”<sup>13</sup>, que discutiam, respondiam, insultavam e que não choravam quando torturadas. Em relação às torturas a autora traz que,

---

<sup>13</sup> “Aqui, a expressão ‘rebelde’ não se refere necessariamente a nenhuma atividade subversiva específica em que possa estar envolvida uma mulher. Pelo contrário, descreve a personalidade feminina que se havia desenvolvido, especialmente entre o campesinato, no contexto da luta contra o poder feudal, quando as mulheres atuaram à frente dos movimentos heréticos, muitas vezes organizadas em associações femininas, apresentando um desafio crescente à autoridade masculina e à Igreja. As descrições das bruxas nos lembram as mulheres tal como eram representadas nos autos de moralidade medievais e nos fábliaux: prontas para tomar a iniciativa, tão agressivas e vigorosas quanto os homens, vestindo roupas masculinas ou montando com orgulho nas costas dos seus maridos, segurando um chicote” (FEDERICI, 2017, p. 332-333).

[...] o sadismo sexual demonstrado durante as torturas às quais eram submetidas as acusadas revela uma misoginia sem paralelo na história e não pode ser justificado a partir de nenhum crime específico. De acordo com o procedimento padrão, as acusadas eram despidas e depiladas completamente (se dizia que o demônio se escondia entre seus cabelos); depois, eram furadas com longas agulhas por todo o corpo, inclusive na vagina, em busca do sinal com o qual o diabo supostamente marcava suas criaturas (tal como os patrões na Inglaterra faziam com os escravos fugitivos). Muitas vezes, elas eram estupradas; investigava-se se eram ou não virgens – um sinal da sua inocência; e, se não confessavam, eram submetidas a ordálias ainda mais atroz: seus membros eram arrancados, sentavam-nas em cadeiras de ferro embaixo das quais se acendia fogo; seus ossos eram esmagados. E, quando eram enforcadas ou queimadas, tomava-se cuidado para que a lição a ser extraída de sua pena não fosse ignorada. A execução era um importante evento público que todos os membros da comunidade deviam presenciar, inclusive os filhos das bruxas, e especialmente suas filhas, que, em alguns casos, eram açoitadas em frente à fogueira na qual podiam ver a mãe ardendo viva. (FEDERICI, 2017, p. 333-334).

A caça às bruxas foi uma guerra contra as mulheres, com o intuito tanto de demonizá-las quanto de acabar com seu poder social. Além disso, foi por meio das torturas e das fogueiras que os ideais de feminilidade e domesticidade se engendraram. Ainda em relação ao plano ideológico, tanto a imagem criada pelos demonólogos quanto os debates sobre a “natureza dos sexos” estereotipavam a mulher como “[...] fraca do corpo e da mente e biologicamente inclinada ao mal, o que efetivamente servia para justificar o controle masculino sobre as mulheres e a nova ordem patriarcal” (FEDERICI, 2017, p. 335).

Por fim, o estudo dessa temática leva a percepção de que nos dias de hoje resquícios da violência herdada ao longo da história se manifestam em diferentes aspectos da vida das mulheres e se constituem atribuindo a elas ideais impossíveis, que barram seu potencial e poder tanto político quanto social. Nesse sentido, cabe a discussão sobre como isso reverbera nos dias atuais, especialmente, em tempos de pandemia.

### **3.2 VIOLÊNCIA E PANDEMIA: NOVAS ROUPAGENS QUE ILUSTRAM A VELHA DOMINAÇÃO E OPRESSÃO CONTRA MULHERES**

Federici (2019) esclarece que “A violência contra as mulheres não desapareceu com o fim da caça às bruxas e a abolição da escravidão. Pelo contrário, foi normalizada” (p. 92). Posto isso, levando em consideração o contexto pandêmico configurado pelo novo Coronavírus, julga-se relevante discorrer sobre os impactos que esse momento gera sobre as mulheres, deixando em evidência as desigualdades que permeiam essas relações sociais, sobretudo, em relação às mulheres negras. No mês de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia em decorrência da COVID-19, que de acordo com o Ministério da Saúde, “[...] é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus

SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global” (BRASIL, 2021). Posto isso, de acordo com dados divulgados até o dia 30 de maio de 2021, o Brasil contabilizou 461.931 mortos<sup>14</sup>.

No artigo “Desigualdades de gênero e Covid-19”, Paula Pinhal Carlos (2020) faz uma reflexão dividindo sua análise em cinco tópicos principais, contemplando alguns impactos da pandemia do Coronavírus sobre a mulher. Deste modo, para a autora, com as orientações para ficarem em casa e cumprirem o isolamento social muitas mulheres são levadas a ficarem mais tempo em contato com os agressores, tornando-se mais vulneráveis à violência. Carlos (2020) cita uma pesquisa feita pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública trazendo que, embora no início da pandemia o índice de ocorrências tenha diminuído, ocorreu “[...] um aumento do número de atendimentos telefônicos relativos à violência de gênero, bem como uma ascensão do número de feminicídios. Também o monitoramento de redes sociais indicou um aumento expressivo do relato de brigas e violência entre casais por vizinhos” (p. 88). Com relação ao risco de infecção, a autora, utilizando os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, relata que as mulheres compõem quase 80% dos profissionais de saúde, sendo uma categoria majoritariamente afetada pelo vírus, principalmente em relação aos cargos que elas ocupam, de técnicas ou auxiliares de enfermagem e enfermeiras. Como foi exposto anteriormente, historicamente o cuidado é delegado à mulher, o que explicaria a maior incidência delas nessas profissões, apesar de não serem maioria nos cargos de Medicina, o que implica uma outra questão também já mencionada, sobre a hierarquia dos cargos.

Outro dado discutido por Carlos (2020) é com relação a crise econômica e como ela afeta as mulheres. A autora, respaldando-se nos dados da Rede de Pesquisa Solidária, constata que as mulheres representam maioria em serviços considerados não essenciais, citando como exemplo as profissionais mais afetadas desse *locus* as trabalhadoras domésticas informais e as trabalhadoras dos serviços de beleza, também informais, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), formam juntas 6 milhões de pessoas no Brasil. Dessa forma, percebe-se que mulheres nessas condições são mais suscetíveis economicamente por estarem desprotegidas legalmente de direitos trabalhistas. Além disso, a autora menciona que as mulheres constituem minoria na política e no que tangem às decisões e à participação sobre os direcionamentos da sociedade. Carlos (2020) afirma:

O Brasil apresenta, desde as eleições de 2018, o pior índice da América Latina no que se refere ao percentual de participação feminina no Legislativo Federal. Apenas

---

<sup>14</sup> <https://covid.saude.gov.br/>

dois ministérios da atual Presidência da República são ocupados por mulheres. Dentre os Estados com maior número de casos até ontem (SP, CE, RJ, AM e PE), nenhum possui mulheres como secretárias de saúde e, obviamente, todos possuem governadores homens (na última eleição apenas uma mulher foi eleita para este cargo, no Rio Grande do Norte). (p. 89).

Outro dado interessante trazido pela autora diz respeito aos resultados das mulheres que ocupam altos cargos na política serem considerados melhores que os atingidos por homens em suas lideranças. Carlos (2020) cita alguns exemplos de lideranças femininas em países como a Alemanha, em que mesmo sendo um dos países mais afetados pelo Coronavírus na Europa, conseguiram assegurar a posição de um dos países com menor número de mortes, assim como Nova Zelândia, também com um número baixo de mortes. Além disso, líderes mulheres de países como Noruega, Nova Zelândia e Dinamarca demonstraram uma outra forma de exercer essa função, ao fazerem discursos focados e direcionados para as crianças, por exemplo.

Por fim, no que diz respeito às atividades domésticas e à sobrecarga de trabalho, de acordo com a autora, esse cenário demonstra a dificuldade enfrentada pela mulher nesse período pandêmico, que além de tudo precisa conciliar as atividades de casa com a atividade remunerada, realizada em casa ou não, impactando o trabalho considerado “produtivo” das mulheres, afetando sua saúde mental e física. Além disso,

Há também, por conta da pandemia, demandas muito maiores de trabalho doméstico: demandas de higienização de alimentos e da casa, maior necessidade de lavar roupas, lavagem especial para máscaras. Além disso, se as pessoas estão em casa o tempo todo, há maiores demandas de cuidados com a alimentação da família e a rotina de filhas e filhos (horários para dormir, comer, atividades da escola serem realizadas, brincadeiras, controle do tempo de exposição a eletrônicos, etc). [...] Essa parte operacional é sobreposta também por outra, chamada de carga mental, e que não pode ser medida em horas. Como somos tidas como as principais responsáveis pelas atividades de cuidado, também somos as que mais sofrem danos psicológicos, temos medo de que a doença atinja nossa família, temos profundo medo de sermos atingidas (cuidadoras não ‘tem o direito’ de ficar doentes, pois são centrais para garantia da saúde de outros membros da família), e ainda precisamos lidar com os medos das filhas e dos filhos, pois, como responsáveis, precisamos tentar garantir que tudo vai ficar bem, que tudo vai passar e que esse período não provoque danos tão significativos à sua saúde mental. (CARLOS, 2020, p. 90-91, grifo da autora).

Essas atividades atribuídas e desempenhadas por mulheres revelam, como afirma Carlos (2020), fundamentada por Federici, um dos motivos do trabalho exercido para a reprodução humana ser considerado como o trabalho mais intenso existente, justamente por estar vinculado diretamente à vida. A reprodução da vida, como discutido anteriormente, é fundamental para a existência humana e tenta ser controlada por uma lógica machista, de forma a naturalizar que é papel da mulher executá-la, deixando a carga física e mental quase

exclusivamente para ela. Isso garante que uma força de trabalho abundante seja criada, educada e preparada para servir de mão de obra, gerando lucro para proprietários dos meios de produção, certificando-se de que o homem tenha mais tempo para descansar e realizar o trabalho considerado “produtivo”.

Nessa perspectiva, de acordo com Claudia Mazzei Nogueira e Rachel Gouveia Passos (2020) a divisão sociosexual e racial sustenta e forma as estruturas do campo da produção e da reprodução, fundamentais para a constituição do ser social, estando este fator ligado diretamente à desigualdade. Para o capitalismo essa divisão é imprescindível para manter os interesses e a hierarquia de uma classe composta majoritariamente por homens brancos. Como afirmam Nogueira e Passos (2020) é relevante mencionar o fato de a proliferação do Coronavírus no Brasil principiar por meio de pessoas que haviam viajado para o exterior no período do Carnaval e das férias de verão. As autoras inclusive complementam que:

Conforme publicado pelo Jornal O Dia, na data de 22 de março, a cidade do Rio de Janeiro já apresentava mais de cem casos de pessoas contaminadas e notificadas com a doença no local considerado como o metro quadrado mais caro da cidade. Importante destacar que a primeira morte registrada no Rio de Janeiro foi de uma mulher de 63 anos que era trabalhadora doméstica no bairro do Leblon, e a patroa – que esteve na Itália – havia testado positivo para a doença. [...] Após o caso ganhar repercussão nas mídias sociais foi elaborado e divulgado um manifesto dos mais de 70 filhos e filhas de trabalhadoras domésticas de diferentes estados do Brasil que o enviaram às autoridades reivindicando dispensa remunerada das empregadas e diaristas pelos empregadores para que, assim, cumpram com as exigências de precaução no combate à propagação contagiosa do COVID-19. O manifesto recebeu apoio da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas. (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p. 5).

Conforme Nogueira e Passos (2020), a pandemia do Covid-19 exacerba as desigualdades que perpassam o mercado de trabalho e coloca em evidência a divisão sexual e racial do trabalho que permeia a esfera do cuidado e do trabalho doméstico. Sendo assim, em relação ao trabalho doméstico e de cuidado remunerado, percebe-se uma maior predominância de luta entre mulheres negras e pobres. Como já mencionado anteriormente, mulheres negras ocupam uma posição social de vulnerabilização, tanto pela questão econômica e da precarização quanto da proteção social, com esses fatores sendo intensificados com a crise de saúde infligida no país. De acordo com as autoras, a maioria das mulheres negras, por precisarem trabalhar para garantir sua sobrevivência, acabam se expondo mais ao risco de serem infectadas por Covid-19. Além disso, “[...] a política de extermínio supostamente vigente não se revela apenas com os assassinatos da população negra ocasionados pelo braço penal do Estado, mas também se manifesta por meio do

desemprego, pelas reformas trabalhistas e previdenciárias e pelo corte orçamentário nas políticas de saúde e educação” (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p. 5).

As autoras também fazem menção à Emenda Constitucional 95/2016 que limitou os gastos públicos por 20 anos, pois esse congelamento na esfera da educação e da saúde afetam diretamente a população mais pobre, que depende das políticas públicas. Nogueira e Passos (2020) ainda complementam apontando que 80% da população brasileira dependente do Sistema Único de Saúde (SUS) se declaram como negros. Além disso, referente a própria saúde da população, dados da ONU Brasil expõem que as pessoas negras possuem maior incidência de doenças evitáveis, como por exemplo,

[...] mortalidade de recém-nascidos antes dos seis dias de vida, infecções sexualmente transmissíveis, mortes maternas, hanseníase, tuberculose, diabetes tipo II e cardiopatia. Ou seja, os dados demonstram que o fato de não ter acesso a moradia digna, a uma alimentação adequada, e saneamento básico, vai acarretar um processo de adoecimento físico e, possivelmente psíquico. (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p. 6).

Além de todo esse contexto, torna-se imprescindível, ao abordar a questão da pandemia, refletir sobre a atuação do presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que contribuiu negativamente com esse processo: seja realizando propostas ou permitindo ações que prejudicam os trabalhadores; disseminando que o isolamento social, medida recomendada pelos órgãos de saúde era um exagero; e, que “[...] o COVID-19 é apenas uma ‘gripezinha’. O presidente também afirmou que apenas os idosos devem ter cuidado e que está ocorrendo uma histeria coletiva” (NOGUEIRA; PASSOS, 2020, p. 7). Com a repercussão desses discursos, várias entidades e órgãos da saúde se manifestaram contra a fala do presidente.

Conforme Pâmela Rocha Vieira, Leila Posenato Garcia e Ethel Leonor Noia Maciel (2020) a violência doméstica e a violência familiar contra mulheres se agravaram devido à convivência obrigatória com os agressores, aos fatores econômicos e em razão do temor ocasionado pelo Coronavírus. Dessa forma, o aumento da violência desencadeado pelo isolamento social pode ser percebido pelas notícias divulgadas pelas mídias e pelos relatórios de organizações internacionais. Em diversos países como China, Itália, França e Espanha foi identificado um aumento a respeito da ocorrência de violência doméstica após a implementação do isolamento social. Em relação ao Brasil,

[...] segundo a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), entre os dias 1º e 25 de março, mês da mulher, houve crescimento de 18% no número de denúncias registradas pelos serviços Disque 100 e Ligue 180. No país, o necessário isolamento social para o enfrentamento à pandemia escancara uma dura realidade: apesar de

chefiarem 28,9 milhões de famílias, as mulheres brasileiras não estão seguras nem mesmo em suas casas. Dos 3.739 homicídios de mulheres em 2019 no Brasil, 1.314 (35%) foram categorizados como feminicídios. Isso equivale a dizer que, a cada sete horas, uma mulher é morta pelo fato de ser mulher. Ao analisar o aspecto vínculo com o autor, revela-se que 88,8% dos feminicídios foram praticados por companheiros ou ex-companheiros. Assim, é comum que as mulheres estejam expostas ao perigo enquanto são obrigadas a se recolherem ao ambiente doméstico. (VIEIRA; GARCIA; MACIEL, 2020, p. 02).

De acordo com Vieira, Garcia e Maciel (2020), em isolamento, as mulheres se tornam mais suscetíveis a serem, por exemplo, mais vigiadas e proibidas de falarem com familiares e amigos, tornando esse contexto mais fácil e propício para violência física e psicológica. Além desses fatores, a sobrecarga de trabalho de mulheres casadas e com filhos indicam que este é um ambiente no qual os homens também manifestam e exercem seu poder. Segundo os autores, a presença do homem nesse ambiente acarreta mais trabalho invisível e não remunerado, desempenhado por mulheres. Em concordância com Carlos (2020), os autores enfatizam que o trabalho doméstico no período de isolamento social aumenta conforme mais pessoas ficam mais tempo em casa. O senso comum a respeito das mulheres serem mais sensíveis, intuitivas e, por conseguinte, destinadas ao cuidado do lar e à devoção à família impede e dificulta uma divisão mais justa dos afazeres domésticos.

Nesse sentido e em consonância com Sousa e Sirelli (2018), a imagem inferiorizada da mulher foi construída historicamente e naturalizada garantindo a manutenção dos privilégios, desfrutados por homens, respectivo à sociedade capitalista e patriarcal. A concepção de que a mulher deve cuidar da família e do lar perpassa a perda de sua autonomia. Segundo as autoras, a mulher foi historicamente dominada e coisificada no capitalismo, o que torna esses elementos fundamentais para compreender a violência sofrida por elas no período contemporâneo. Sousa e Sirelli (2018) elucidam que a violência contra a mulher expressa uma questão social norteadas pelas relações desiguais estabelecidas pelo modo de produção que está em vigor. Esse modo de produção prejudica a classe trabalhadora, principalmente as mulheres, ao submetê-las ao patriarcado, trazendo consequências para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural.

Por fim, cabe ressaltar que essas violências possuem raízes históricas, materiais, sociais, políticas e econômicas que se corporificam por meio de instituições como a Igreja, a família e a mídia, que cumprem um importante papel na reprodução e naturalização desses atributos direcionados à mulher. Essas instituições colaboram com a constituição de sua subjetividade e com o seu entendimento sobre as relações com outras pessoas, até mesmo com os agressores, com seu corpo, sua sexualidade e, de um modo geral, consigo mesma. A

base da opressão sofrida por mulheres, como esclarece Marília de Oliveira de Sousa e Paula Martins Sirelli (2018), não possui como fator apenas a questão cultural. É perpassada também por dimensões no campo político, econômico e social. Dessa forma, nota-se que a mulher vem sendo violentada e oprimida ao longo dos séculos, mesmo que essa opressão venha camuflada por novas roupagens, de forma mais naturalizada e de difícil percepção.

De fato, o fim da caça às bruxas não exterminou a perseguição contra as mulheres, como constata Federici (2017, 2019), sendo possível ser vislumbrada e percebida em diferentes países e em diferentes esferas da vida da mulher, principalmente em períodos de crise, como no caso da pandemia, em que a exploração e a violência contra a mulher são intensificadas e legitimadas pelos papéis sociais atribuídos à elas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, investigou-se de que forma a figura da mulher e o papel social atribuído a ela na sociedade capitalista e patriarcal está relacionado com o controle de seu corpo e de seu potencial reprodutivo. Posto isso, esta pesquisa teve como objetivo refletir e identificar os elementos que historicamente deram vazão aos contornos que compõem as violências e estereótipos que perpassam a figura da mulher. Dessa forma, a partir de uma análise histórica e social, objetivou-se discutir de que modo as mulheres foram e continuam a ser representadas na sociedade patriarcal e capitalista.

Para isso, revisitou-se autores que discutem o tema, analisando e explorando de forma crítica conteúdos de artigos, textos e pesquisas, e traçando historicamente a influência que o patriarcado, articulado aos objetivos do capitalismo e da manutenção de uma classe dominante formada por homens brancos, teve em relação a subjugação de mulheres. Posto isso, partindo inicialmente do questionamento a seguir proposto para este trabalho, qual seja, de que forma a figura da mulher e o papel social atribuído a ela na sociedade capitalista e patriarcal está relacionado com o controle de seu corpo e de seu potencial reprodutivo?, o trabalho foi desenvolvido.

Com base na análise histórica e social que se buscou fazer, pode-se inferir que o corpo e o potencial reprodutivo da mulher desempenham papel fundamental na estrutura social e, portanto, se constituem como base para a justificativa da opressão sobre ela. As questões que abarcam a exploração e dominação da mulher englobam dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. A sociedade capitalista e patriarcal, permeada por uma lógica machista, intenta controlar e dominar a mulher por meio da violência e da alienação, para que, de acordo com seus interesses, consiga legitimar e naturalizar a desigualdade e a hierarquia presente nessa lógica, assim como, para que o sistema patriarcal e capitalista se reproduza e permaneça ofertando lucros e benefícios para uma classe específica, composta por homens e proprietários dos meios de produção.

Com efeito, a partir do material analisado, foi possível compreender que a reprodução do discurso em diferentes momentos históricos, a depender dos objetivos conservadores, religiosos e machistas de uma sociedade ideologicamente pautada na dominação social do homem, ora demonizam a imagem da mulher a colocando enquanto pecadora, má, perigosa, aliada ao diabo, ora santificam sua imagem, caso se enquadre aos papéis estipulados de mãe, esposa, recatada e do lar. Essas figuras e imagens sobre as mulheres são representações de

uma violência que se naturalizou historicamente e se repercute nos dias de hoje. Pode se observar, por meio de estudos de artigos sobre o período pandêmico acometido pelo Coronavírus, que a influência do ideal de mulher está presente contemporaneamente, mesmo que por meio de novas roupagens, sendo possível perceber resquícios da violência herdada ao longo da história em sua responsabilização pela esfera doméstica e pelo cuidado.

Conclui-se, assim, que foi possível observar e identificar indícios de que o papel ligado à maternidade e à esfera doméstica foi socialmente construído e atribuído a mulher, sendo esse ideal alcançado por meio de um controle de seu corpo e de seu potencial reprodutivo garantindo a consolidação do capitalismo e a obtenção de lucro por meio do trabalho invisibilizado da mulher na esfera doméstica e como preparadora da mão de obra trabalhadora. Apesar de toda resistência e luta liderada por mulheres, seja por meio de manifestações sociais, pela arte ou pela literatura, tal cenário contemporâneo, ainda indica que estamos sob forte influência da lógica patriarcal e capitalista da sociedade que fazemos parte, reproduzindo padrões e estereótipos, sem criticidade e reflexão.

Por fim, a música *Triste, louca ou má*, canção da compositora, cantora e percussionista Juliana Strassacapa, que se faz presente no título – reelaborado como *triste, louca e má* – e de certa forma, no corpo deste trabalho, pode nos conduzir a reflexões a respeito dos novos e velhos papéis limitados e restritos atribuídos às mulheres. Assim como no período da caça às bruxas, a mulher na sociedade contemporânea continua sendo morta, estuprada, julgada, agredida, desacreditada e condenada. Talvez os inquisidores atuais que dizem como a mulher deve ser, agir e vestir se constituem por meio dos padrões enaltecidos e vigiados mediante redes sociais, tal como *Instagram*. As então bruxas de um passado não tão remoto ressurgem por meio das mulheres loucas, tristes e más, identidades atribuídas aquelas que se recusam a se enquadrar no padrão imposto. Essas identidades e qualificações são delegadas às mulheres, definidas e impostas por receitas, como traz a música: receitas culturais. E acrescento, receitas sociais, econômicas, políticas e machistas. A mulher é responsabilizada pelo trabalho de cuidar, cuidar da rotina, da casa, da família, do marido e dos filhos. Além disso, elas têm sido definidas pelo homem, pela sua casa, pela sua “carne” e, assim, têm sido roubadas de seus próprios corpos, que deveriam ser seus lares.

A história mostra que seu corpo é colocado enquanto esfera pública, à serviço de uma lógica machista, de um sistema que lucra, domina e explora seu lar, seu corpo. Ainda assim, muitas mulheres se fazem resistência, se recusam e rejeitam as imposições sociais, pois sabem

que tudo deve mudar, que essas atribuições socialmente construídas e esses papéis não são determinantes, imutáveis, naturais e intrínsecos a seus seres, e que mesmo sofrendo com as cobranças e violências que visam controlá-las e manter hierarquias sociais, lutam por uma sociedade mais justa. A violência e a intensa tentativa de controle do corpo, do tempo, do trabalho e do papel reprodutivo das mulheres revelam a importância fundamental da mulher na estrutura social, e demonstra o seu grande potencial para *traçar de novo a estrada, ver cores nas cinzas e a vida reinventar*; transformando e traçando, dessa forma, novos caminhos históricos e sociais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. O que é a Covid-19?. Brasília: **Ministério da Saúde**; 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>. Acesso em: 22 de mai. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Brasília: **Ministério da Saúde**; 2021. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 de mai. de 2021.

CARLOS, Paula Pinhal. DESIGUALDADES DE GÊNERO E COVID-19. in: RIBEIRO, Diógenes V. Hassan; ACHUTTI, Daniel Silva. (Org.) . **A crise sanitária vista pelo direito: observações desde o PPG/Unilasalle sobre a COVID-19**. Canoas: Editora Unilasalle, 2020. p.87-94. *E-book*. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/85bb5b349578722a39eebedd2284f2c8.pdf>. Acesso em: 13 de mai. de 2021.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas. In: GIL, Antonio Carlos (org.). **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002, p. 44-45.

GUEDES, Mylena. Mulheres ganham 77,7% do salário dos homens no Brasil, diz IBGE. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 04 de mar. de 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/04/mulheres-ganham-77-7-dos-salarios-dos-homens-no-brasil-diz-ibge>. 29 de abr. de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, divulgado nesta segunda-feira, dia 6, analisa indicadores com base na Pnad. **IPEA**, 06 de mar. de 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=29526](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526). Acesso em: 20 de set. de 2019.

INTERNATIONAL SOCIETY OF AESTHETIC PLASTIC SURGERY. Mais recente estudo internacional demonstra crescimento mundial em cirurgia estética. **ISAPS**, 2018. Disponível em: <https://www.isaps.org/wp-content/uploads/2018/11/2017-Global-Survey-Press-Release-br.pdf>. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. SPE, p. 37-45, 2007.

MINAYO, Maria Cecília Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 09-29.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. Disponível em: [http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465\\_ARQUIVO\\_textoANPUH.pdf](http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf). Acesso em: 17 de jun. de 2021.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**, Salvador, v. 33, p. 01-09, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/36118/23684>. Acesso em: 13 de mai. de 2021.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Mulheres ainda são menos propensas a atuar no mercado de trabalho do que os homens na maior parte do mundo, diz OIT. **OIT**, 07 de mar. de 2018. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_619819/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_619819/lang--pt/index.htm). Acesso em: 29 de abr. de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. Disponível na internet: <https://drive.google.com/file/d/1rsXUVPgSPD4UYr02okVmbBPK7Ar7MYQt/view>. Acesso em: 20 de set. de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 2001. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1S4tHC2i0OxCOamNXSd1OSF5NFIF16di8/view>. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, 8:95-141, 1985. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1848/1515>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

SOUSA, Marília de Oliveira de; SIRELLI, Paula Martins. Nem santa, nem pecadora: novas roupagens, velhas dicotomias na coisificação da mulher. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 326-345, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n132/0101-6628-sssoc-132-0326.pdf>. Acesso em: 23 de mai. de 2021.

TARDIN, Elaine Borges; BARBOSA, Murilo Tebaldi; ALBERONE, Polliana da Costa. Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: reflexões sobre a evolução feminina no Brasil. **Revista Transformar**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 119-135, 2015. Disponível em:

<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/34>. Acesso em: 29 de abr. de 2021.

VIEIRA, Pâmela Rocha; GARCIA, Leila Posenato; MACIEL, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela?. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Espírito Santo, v. 23, p. 01-05, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11470/1/Vieira%20pt.pdf>. Acesso em: 22 de mai. de 2021.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.